

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia
Mestrado Profissional em Biblioteconomia

Tiago Leite Pinto

**REPOSITÓRIO PARQUE: PROPOSTA DE APROPRIAÇÃO DA TECNOLOGIA DE
REPOSITÓRIO PELA BIBLIOTECA PARQUE DA ROCINHA**

Rio de Janeiro
2017

Tiago Leite Pinto

**REPOSITÓRIO PARQUE: PROPOSTA DE APROPRIAÇÃO DA TECNOLOGIA DE
REPOSITÓRIO PELA BIBLIOTECA PARQUE DA ROCINHA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Mestre em Biblioteconomia.

Orientador: Prof.^o Dr.^o Cláudio José Silva Ribeiro.

Rio de Janeiro
2017

Pinto, Tiago Leite
P659 Repositório Parque: proposta de apropriação da tecnologia de repositório pela Biblioteca Parque da Rocinha / Tiago Leite Pinto, orientado por Cláudio José Silva Ribeiro. – Rio de Janeiro, 2017.

103 f.: il., color; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio José Silva Ribeiro.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

1. Repositório Digital. 2. Bibliotecas Parque. 3. Biblioteca Parque da Rocinha. 4. Apropriação tecnológica. I. Ribeiro, Cláudio José Silva. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciência Humanas e Sociais. Mestrado Profissional em Biblioteconomia. III. Título.

CDD – 020

Tiago Leite Pinto

REPOSITÓRIO PARQUE: PROPOSTA DE APROPRIAÇÃO DA TECNOLOGIA DE REPOSITÓRIO PELA BIBLIOTECA PARQUE DA ROCINHA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título de Mestre em Biblioteconomia.

Orientador: Prof.^o Dr.^o Cláudio José Silva Ribeiro.

Data de Aprovação: ___/___/_____

Banca examinadora

Prof.^o Dr.^o Cláudio José Silva Ribeiro.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –UNIRIO.
Orientador.

Prof.^a Dr.^a Simone da Rocha Weitzel.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –UNIRIO.
Membro Interno.

Prof.^o Dr.^o Alberto Calil Júnior.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –UNIRIO.
Membro Suplente Interno.

Prof.^a Dr.^a Regina de Barros Cianconi.
Universidade Federal Fluminense - UFF.
Membro Externo.

Prof.^o Dr.^o Leonardo Cruz da Costa.
Universidade Federal Fluminense - UFF.
Membro Suplente Externo.

Dedicatória

À minha mãe, Luciana, a guerreira que me fez o homem que sou hoje, sem ela eu não seria nada!

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador, Cláudio José Silva Ribeiro, pela paciência, pelo profissionalismo, pelos grandes ensinamentos e por me mostrar toda sua paixão pela pesquisa e produção da ciência.

À minha mãe Luciana, por todo o sacrifício que fez para que me tornasse a pessoa que sou e para chegar onde cheguei. É meu grande exemplo na vida!

Ao meu tio Adriano, pela parceria e todo apoio que me deu. O considero como um pai.

À minha namorada Geysa, que me apoiou desde o meu início no mestrado e foi paciente com todas as horas que não pude lhe dar atenção.

Aos meus amigos, de todo o Brasil, que me apoiaram a todo momento e comemoraram minha evolução acadêmica.

Aos membros da banca orientadora, pela disponibilidade e contribuições para o desenvolvimento do trabalho, foram de extrema importância na minha qualificação.

À Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, pela oportunidade de evolução acadêmica e pessoal, desde a graduação até o momento.

À Biblioteca Parque da Rocinha, pela oportunidade de ter trabalhado para usuários marcantes e pela evolução profissional e pessoal que me proporcionou.

Aos colegas da turma 2015/1, excelentes pessoas e pesquisadores.

E a todos que de alguma forma contribuíram para minha formação pessoal, profissional e acadêmica.

*[...] A vida me ensinou a nunca desistir
Nem ganhar nem perder,
Mas procurar evoluir
Podem me tirar tudo que tenho,
Só não podem me tirar as coisas boas
Que eu já fiz pra quem eu amo [...]
(Planta e Raiz – Gueto do Universo)*

Resumo

O uso de novas tecnologias por bibliotecas públicas e a apropriação da tecnologia de repositório por estas instituições, é o objeto deste estudo. Para tal é utilizada como campo empírico a Biblioteca Parque da Rocinha. Pretende, através de uma metodologia baseada em pesquisa bibliográfica, levantamento de dados e estudo de caso, trazer conceitos e levantar informações que dão base à pesquisa, possibilitando a apropriação de repositórios por esse tipo de instituição. Traz à luz da discussão para fundamentar a pesquisa de forma geral, conceitos e características inerentes aos repositórios como interoperabilidade, tipos de repositórios, *softwares* de repositórios, federação e políticas para o planejamento de repositórios. Conceitos e objetivos da biblioteca pública são expostos para dar contexto ao campo empírico. Assim a Biblioteca Parque da Rocinha é definida e caracterizada, a fim de compor o campo de aplicação proposto pela pesquisa. Apresenta a ideia de que os repositórios são pontos centrais no processo de acesso livre à informação, auxiliando as instituições na guarda, organização e disseminação do conhecimento. As Bibliotecas públicas, por sua vez, são centros de memória local, difusores de leitura e cultura e conseqüentemente de conhecimento. A Biblioteca Parque da Rocinha como biblioteca pública abrange sua missão e incorpora os conceitos de novas bibliotecas promovendo maior integração com seus usuários e o acesso as novas tecnologias. A partir disso, infere que é propício para esta biblioteca a utilização da tecnologia de repositório para gerenciar os conteúdos gerados por ela, pelos grupos que a utilizam ou que falem sobre ela de alguma forma, o que facilita a gestão e disseminação de sua memória e da região em que está inserida. Propõe ações para o planejamento de um repositório para a Biblioteca Parque da Rocinha através do uso de políticas como de conteúdo, acesso, submissão, metadados preservação e direitos autorais, de forma que permita a apropriação tecnológica. Espera contribuir para o levantamento da discussão de possíveis usos dos repositórios, bem como para a inovação e oferta de novos serviços por bibliotecas públicas.

Palavras-Chave: Biblioteca Parque da Rocinha. Repositórios. Planejamento de repositórios. Políticas de repositórios. Apropriação tecnológica.

Abstract

The use of new technologies by public libraries and the appropriation of repository technology by these institutions is the object of this study. For that, the Parque da Rocinha Library is used as an empirical field. It intends, through a methodology based on bibliographical research, to collect data and case study, to bring concepts and to gather information that base the research, making possible the appropriation of repositories by this type of institution. It brings to light the discussion to base the research in general, concepts and characteristics inherent to the repositories such as interoperability, types of repositories, software of repositories, federation and policies for the planning of repositories. Concepts and objectives of the public library are exposed to give context to the empirical field. Thus, the Rocinha Park Library is defined and characterized, in order to compose the field of application proposed by the research. It presents the idea that repositories are central points in the process of free access to information, helping institutions to guard, organize and disseminate knowledge. Public libraries, in turn, are centers of local memory, reading and culture diffusers and, consequently, knowledge. The Parque da Rocinha Library as a public library encompasses its mission and incorporates the concepts of new libraries, promoting greater integration with its users and access to new technologies. From this, he inferred that it is appropriate for this library to use the repository technology to manage the contents generated by it, by the groups that use it or that talk about it in some way, which facilitates the management and dissemination of its memory and Of the region in which it is inserted. It proposes actions for the planning of a repository for the Parque da Rocinha Library through the use of policies such as content, access, submission, preservation metadata and copyright, in a way that allows technological appropriation. It hopes to contribute to the discussion of possible uses of the repositories, as well as to the innovation and offer of new services by public libraries.

Key words: Parque da Rocinha Library. Repositories. Repository planning. Repository policies. Technological appropriation.

Lista de Ilustrações

Figura 1 – Softwares utilizados por repositórios no mundo.....	35
Figura 2 – Arquitetura de uma federação OAI.....	52
Figura 3 – Perímetro territorial da Rocinha	66
Figura 4 – C4-Biblioteca Parque da Rocinha	69
Figura 5 – Biblioteca Parque da Rocinha: espaços.....	71
Figura 6 – Tipos de repositório de acesso aberto no mundo	73
Figura 7 – Proporção de repositórios na America do Sul	74
Figura 8 – Tipos de repositórios mais frequentes no Brasil.....	74
Figura 9 – Tipos de conteúdo mais frequentes nos repositórios brasileiros.....	75
Figura 10 – Biblioteca Consuelo Pondé	76
Figura 11 – Biblioteca Consuelo Pondé utilizando o DSpace	77
Figura 12 – Biblioteca Virtual do Natal – BVN	78
Figura 13 – Submissão de conteúdo da BVN.....	79

Lista de Abreviaturas

- BPE – Biblioteca Parque Estadual
- BPM – Biblioteca Parque de Manguinhos
- BPN – Biblioteca Parque de Niterói
- BPR – Biblioteca Parque da Rocinha
- BPs – Bibliotecas Parque
- GBCR – Breaking Consciente da Rocinha
- OAI – Open Archives Initiative

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	PROBLEMA	14
1.2	JUSTIFICATIVA	15
1.3	OBJETIVOS	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	SOFTWARES DE GERENCIAMENTO DE BIBLIOTECAS.....	19
2.2	BIBLIOTECA DIGITAL	21
2.3	REPOSITÓRIOS.....	24
2.3.1	Acesso aberto: estratégias para o acesso	27
2.3.2	Repositórios: conceitos e uso	28
2.3.3	Apropriação da tecnologia de repositórios: flexibilidade tecnológica	30
2.3.4	Tipos de repositórios	32
2.3.5	Softwares de desenvolvimento de repositórios	34
2.3.6	Políticas para o planejamento do repositório	36
2.3.7	Interoperabilidade e federação de repositórios	45
2.4	BIBLIOTECA PÚBLICA.....	52
3	METODOLOGIA	58
4	BIBLIOTECAS PARQUE: MODELO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	62
4.1	A ROCINHA	65
4.2	A BIBLIOTECA PARQUE DA ROCINHA	68
5	A APROPRIAÇÃO DA TECNOLOGIA DE REPOSITÓRIOS POR BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL	73
5.1	BIBLIOTECA VIRTUALCONSUELO PONDÉ	75
5.2	BIBLIOTECA VIRTUAL DO NATAL	77
6	PROPOSTA DE AÇÕES PARA O PLANEJAMENTO DO REPOSITÓRIO	81
6.1	AÇÕES PARA A POLÍTICA DE CONTEÚDO	81
6.2	AÇÕES PARA A POLÍTICA DE ACESSO	83

6.3	AÇÕES PARA POLÍTICA DE SUBMISSÃO	84
6.4	AÇÕES PARA A POLÍTICA DE METADADOS.....	85
6.5	AÇÕES PARA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO	86
6.6	AÇÕES PARA POLÍTICA DE DIREITOS AUTORAIS.....	86
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
	REFERÊNCIAS	92
	APÊNDICE A – Seleção de 10 vídeos mais vistos do Grupo Cia Semearte em canais no YouTube.....	101
	APÊNDICE B – Seleção de 10 vídeos do GBCR mais visto no YouTube.....	102
	ANEXO A – Ficha técnica das ações desenvolvidas	103

1 INTRODUÇÃO

A aplicação de repositórios para a gestão de conteúdo digital tem ganhado relevância com o crescente uso desta tecnologia pelas instituições de ensino e pesquisa para a organização, preservação e disseminação do conhecimento por elas produzido. A biblioteca pública poderia se valer desta tecnologia para crescer, ganhar visibilidade e oferecer novos serviços a seus usuários. Com base nesse entendimento, pretende-se propor aqui um plano de ações para o uso e apropriação da tecnologia de repositório pela biblioteca pública, tomando a Biblioteca Parque da Rocinha como campo de estudo.

O uso de repositórios é um tema com grande potencial de discussão para a biblioteconomia e a ciência da informação. A aplicação e uso de repositórios é crescente e cada vez mais comum por instituições de ensino superior e pesquisa e tem se mostrado muito eficiente no que diz respeito a estratégia do acesso aberto verde¹, ou seja, ao movimento de acesso livre à informação e ao conhecimento (JAMBEIRO et al, 2012; LEITE, 2009).

Os repositórios institucionais visam a disseminação dos resultados de pesquisa e tem como público principal a sociedade científica, sendo um grande aliado na gestão da informação destas instituições. (WEITZEL, 2006; LEITE, 2009; SHINTAKU; MEIRELLES, 2009). A apropriação desta tecnologia por instituições fora do eixo científico, como as bibliotecas públicas, auxiliaria, da mesma forma, a gestão da informação destas entidades, assim como na gestão da produção de conteúdo cultural da região em que está inserida, gerando maior visibilidade às bibliotecas públicas.

As bibliotecas públicas, com grande representação no estado do Rio de Janeiro através das Bibliotecas Parque (BPs), são polos de disseminação da informação e cultura para a sociedade, têm como missão e principal foco o incentivo e acesso à cultura e à leitura, mesmo com os atuais problemas de ordem política e econômica do Estado do Rio de Janeiro. A Biblioteca Parque se mostra como uma biblioteca diferenciada das públicas convencionais, com o objetivo de atrair a

¹ A “via verde (ou green open access), [...] prevê o armazenamento de cópia das publicações científicas em texto completo em repositórios digitais (institucionais ou temáticos) para a sua disponibilização livre por meio da Internet”. (COSTA, 2014, p. 16).

sociedade para dentro da instituição e usufruir de todas as possibilidades que são oferecidas, além de cumprir sua missão. (SILVA, 2012; BAZILIO, 2014).

Os repositórios e as BPs têm em comum gerar acesso à informação e ao conhecimento. As BPs têm ainda como objetivo a inclusão da sociedade como um todo. Logo pode-se pensar em utilizar repositórios para organizar e disseminar os conhecimentos produzidos pelas BPs e sobre elas, fazendo com que ampliem o acesso, ofereçam novos serviços e que possam incluir a parte da sociedade que está fora do contexto científico. Além disso, os repositórios incrementam os serviços oferecidos pelas instituições, o que pode ser de grande valia para as BPs, podendo incentivar outras bibliotecas públicas a utilizarem os repositórios, se apropriando desta tecnologia, o que possibilitaria uma possível federação de repositórios públicos, onde haveria troca de informações entre essas bibliotecas, gerando novos conhecimentos, novos serviços oferecidos, maior acesso e inclusão, e funcionando como fator de inovação para as bibliotecas públicas. Uma nova forma de se utilizar a tecnologia de repositórios pode surgir, atrelando-os diretamente à cultura, ampliando seu uso pelas instituições através da apropriação desta tecnologia para além do uso científico, utilizando os repositórios para o meio cultural e como auxiliar na formação de memória de determinada região.

1.1 PROBLEMA

As Bibliotecas Parque produzem documentos como qualquer outra biblioteca, muitos destes são passíveis de disseminação e salvaguarda. São produzidos documentos relacionados a organização e administração interna das BPs como o plano de trabalho anual, manual de processamento técnico, política de acervo, caderno da biblioteca infantil, regimento interno, e ficha técnica das ações desenvolvidas (anexo A), que são a atividades desenvolvidas para incentivo à leitura e cultura.

Os documentos são armazenados no site das bibliotecas, com exceção das fichas técnicas, porque somente os documentos institucionais, comuns a todas as BPs, são acondicionados no site. As fichas técnicas são documentos produzidos pelos setores que elaboram e executam atividades para e com os usuários das bibliotecas, cada biblioteca produz a sua. Elas seriam importantes para a construção de novos conhecimentos relacionados as atividades desenvolvidas pelas bibliotecas

com seus usuários, uma vez que contém dados relevantes sobre as atividades desenvolvidas, como os objetivos, justificativa, público, faixa etária, resultados esperados e alcançados e fotos. Por esses motivos, tais fichas seriam valiosas para as próprias BPs e para outras bibliotecas públicas e isso apresenta interesse na sua disseminação.

Além do conteúdo produzido pelas BPs, existe a produção de conteúdo de cada comunidade em que estão inseridas as bibliotecas, sendo pertinente a organização, guarda e disseminação para gerar conhecimento sobre a produção cultural das comunidades. Adicionado a estes documentos, existem aqueles que citam as BPs de alguma forma e já se encontram depositados em algum repositório ou base de dados, como artigos, dissertações e teses, por exemplo.

Os grupos sociais e culturais, em grande maioria, que frequentam as BPs também produzem conteúdo em seu espaço, no entanto, estes conteúdos, frequentemente digitais, estão dispersos na *Internet*, como é o caso do grupo Cia Semearte (apêndice A) e do Grupo de Breaking Consciente da Rocinha (GBCR) (apêndice B), que utilizam a biblioteca como sua base e possuem vários vídeos produzidos espalhados pela web.

A aplicação da gestão da informação de objetos digitais se torna pertinente ao se considerar o exposto, já que é evidente o problema da guarda e disseminação do conteúdo digital produzido pelas BPs, sobre elas, pelos grupos sociais e culturais que as frequentam e pelos autores locais, o que representa uma perda da memória da produção cultural da região. As BPs podem se apropriar de repositórios como caminho para resolução da dispersão de muitos conteúdos relevantes para as bibliotecas e as comunidades que atendem. Logo é interessante estudar e avaliar as ações necessárias ao planejamento de um repositório, que permita a apropriação desta tecnologia pelas BPs.

1.2 JUSTIFICATIVA

A produção de conteúdo pelos funcionários das BPs, relativos a construção e aplicação de atividades realizadas nas bibliotecas, as fichas técnicas das ações desenvolvidas, se disseminadas podem ajudar a gerar novo conhecimento tanto para as bibliotecas públicas quanto para a comunidade científica. A ausência de preocupação com essa prática e com o armazenamento e disseminação de

conteúdo relevantes às bibliotecas públicas foram os pontos de partida para o estudo, aliado ao entendimento da importância que o repositório tem nesta função.

Verificou-se que as Bibliotecas Parque produzem documentos como o plano de trabalho anual, manual de processamento técnico, política de acervo, caderno da biblioteca infantil, regimento interno e ficha técnica das ações desenvolvidas, aliado a esses documentos há uma produção científica (artigos, dissertações e teses) e cultural da região em que se encontram de acordo com as características de cada BP. Essa produção pode ser tanto sobre as BPs, como de autores da região e de grupos sociais e culturais locais que as utilizam como base para o desenvolvimento de seu trabalho. Além disso existem os documentos que de alguma forma tratam das Bibliotecas Parque, porém, elas não possuem exemplares próprios, salvo alguns que são doados pelos próprios autores. Os grupos sociais e culturais que frequentam a Biblioteca Parque da Rocinha – BPR, por exemplo, produzem conteúdo em seu espaço e muitos destes conteúdos estão dispersos na *internet*, são vídeos, músicas, apresentações, eventos entre outros, de grupos como os já citados e ainda outros.

Isto fez surgir algumas questões que ajudam a justificar e aprimorar o conhecimento sobre o assunto que se pretende discutir, se tornando importante verificar os tipos de documentos produzidos pelas BPs que podem ser disseminados ao público, se há algum padrão/formato para a construção destes documentos, de que forma esses conteúdos são armazenados, se os conteúdos já são disseminados de alguma forma e onde estão os conteúdos produzidos nas BPs pelos grupos que as frequentam.

1.3 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é propor ações para o planejamento de um repositório, através de políticas, que permitam a apropriação desta tecnologia pela Biblioteca Parque da Rocinha (BPR) de forma a auxiliar na gestão da informação de conteúdo digital, integrando métodos tecnológicos e ligados à biblioteconomia para organizar informações e o conteúdo de interesse da BPR, apresentando-a como local de memória da região em que está inserida. O repositório deverá contemplar conteúdo produzido pela BPR, por autores da região, grupos sociais e culturais locais, objetos de aprendizagem e outros documentos que a envolvam de alguma

forma, incluindo a possibilidade de interoperar objetos digitais que estejam presentes em outras BPs do estado, repositórios distintos e provedores de serviços de dados nacionais e internacionais.

Os objetivos específicos são investigar os repositórios, tipos de *softwares* usados, interoperabilidade, federação de repositórios e políticas para o planejamento de repositórios digitais, a fim de que possa dar suporte a proposta de apropriação tecnológica de um repositório para a Biblioteca Parque da Rocinha. Analisar quais são os objetos de interesse para a biblioteca, se já estão em formato digital ou não e onde estão, e a estrutura para disponibilizá-los dentro dos conceitos de repositórios para os potenciais usuários.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico foi utilizado para contextualizar a pesquisa e identificar elementos que possam ser empregados para cumprir os objetivos propostos. Ele teve a função de nortear e fundamentar a pesquisa, a partir de embasamento da literatura já publicada baseada na biblioteconomia e ciência da informação, se valendo de sua interdisciplinaridade para uma maior abrangência dos assuntos.

Dentro do referencial teórico serão analisados conceitos e características que são primordiais para a pesquisa, como os conceitos de repositórios e fatores ligados a ele, *softwares* de repositórios, tipos de repositórios, interoperabilidade, federação de repositórios e políticas para o planejamento de repositórios. Conceitos referentes a biblioteca digital e *softwares* de bibliotecas serão utilizados com a finalidade de descrever o contexto para a apropriação da tecnologia de repositório e justificar a pesquisa. Estes conceitos estarão ligados a gestão do acervo, por se considerar um dos passos mais importantes para organização de uma biblioteca. Esta gestão dependerá de que tecnologias serão utilizadas para tal função e considerará políticas para gestão, licenças de acesso, depósito e compartilhamento de conteúdo visando o melhor uso deste acervo por seu usuário.

O acervo pode ser gerido por tipos diferentes de tecnologias, que permitirão opções variadas dependendo do que se pretende e de que tipo de acervo se tem, logo se faz inevitável uma visão sobre os *softwares* de bibliotecas, bibliotecas digitais e repositórios para que esclarecer a preferência deste para apropriação pela BPR.

O avanço tecnológico permitiu que as bibliotecas avançassem se aliando às tecnologias para que não se tornassem obsoletas. As bibliotecas digitais, os *softwares* de bibliotecas e os repositórios são exemplos claros do uso de tecnologias para gestão de acervo e conteúdo pelas instituições, tendo cada uma suas características próprias e aplicações ideais para a necessidade de cada instituição.

A gestão do acervo se inovou com o uso das tecnologias, retirando as fichas de papel de muitas bibliotecas e substituindo por *softwares* especializados em automação de bibliotecas, que facilitam a busca por obras e a disseminação da informação. Outras tecnologias surgiram permitindo a otimização do espaço concreto utilizado por uma biblioteca, saindo do meio físico para o ambiente digital,

possibilitando o uso de novos suportes para a informação e sua disseminação, entre estas tecnologias estão as bibliotecas digitais e os repositórios.

Torna-se importante uma visão sobre as funções e objetivos desses tipos de tecnologias para fundamentar o uso de uma delas para o tema proposto na pesquisa, a fim de afirmar a escolha pela apropriação e uso da tecnologia de repositórios.

2.1 SOFTWARES DE GERENCIAMENTO DE BIBLIOTECAS

Os *softwares* de gerenciamento de bibliotecas facilitam a organização e disseminação dos conteúdos existentes na biblioteca, automatizando os catálogos, o que representa uma evolução tecnológica para as bibliotecas e ampliação dos serviços oferecidos. A automação das rotinas das bibliotecas significa a modernização destes espaços, uma vez que auxilia na melhoria da comunicação para agilizar e ampliar o acesso à informação pelo usuário. (CÔRTEZ et. al. 1999, p. 242).

A automação, portanto, representa um mecanismo de promoção que afeta o ambiente interno e externo, na medida em que torna sistemático e padronizado o que deve ser feito, melhorando a oferta informacional, por meio da recuperação e acesso aos conteúdos ali existentes. (ALAUZO; SILVA; FERNANDES, 2014).

Silva e Rufino (2016) vão ao encontro disto ao informar que com o avanço tecnológico os bibliotecários puderam ampliar os serviços oferecidos e se valer de novas tecnologias para o acesso a catálogos *on line*, por exemplo, dispostos por *softwares* de automação de biblioteca, que possibilitam o acesso remoto ao catálogo por qualquer usuário. Rodrigues e Prudêncio (2009) contam que o uso de *softwares* de gerenciamento de bibliotecas surge “para facilitar, uniformizar e reduzir o tempo de trabalho e atender melhor às necessidades de seus usuários [...]”.

De acordo com Silva e Rufino (2016) a informatização das bibliotecas, através dos *softwares* de automação, visa modernizar e facilitar a forma como os serviços e produtos das bibliotecas são oferecidos para o usuário, os *softwares* são utilizados para automatizar as rotinas dos setores das bibliotecas. Lima (1998, p. 311) elucida que estes *softwares* de gerenciamento de bibliotecas são bases de dados com funções específicas que controlam as atividades essenciais da biblioteca.

Ainda segundo Lima (1998, p. 319) os *softwares* de gerenciamento de bibliotecas permitem a cooperação de serviços com a utilização de um formato bibliográfico único, o que viabiliza a padronização e compatibilização de dados e o acesso *on line*. O MARC 21 é um exemplo deste formato bibliográfico, que permite a interoperabilidade entre os serviços de catalogação das bibliotecas. Côrtes e outros autores (1999, p. 255) concordam que os *softwares* de gerenciamento de bibliotecas, permitem o compartilhamento de dados e o intercâmbio de informações e citam o formato MARC e o protocolo Z39.50, que possibilitam este compartilhamento, isto é, a interoperabilidade de dados bibliográficos.

As funcionalidades dos *softwares* de gerenciamento de bibliotecas têm a ver com a melhoria da rotina dos serviços das bibliotecas. Entre essas rotinas estão a gerência da tipologia de usuários, a permissão de acesso e de uso do *software*, a geração de *backups*, o controle dos processos de seleção e aquisição de itens, o processamento técnico (catalogação, indexação e classificação) de itens incorporados ao acervo, a circulação de materiais (empréstimos, devoluções e renovações), o controle de acesso pelo usuário e os elementos de busca e recuperação dos itens existentes no acervo. (ALAUZO, SILVA E FERNANDES, 2014, p. 30). Logo percebe-se que os *softwares* de gerenciamento de bibliotecas têm uma função bem específica ligada a biblioteca, a de gerenciar as rotinas de trabalho e melhorar o acesso e recuperação da informação pelo usuário.

Rodrigues e Prudêncio (2009) salientam que o uso de *softwares* para gerenciamento de bibliotecas se iniciou nos Estados Unidos, com a *Library of Congress*, a partir da necessidade de controlar os empréstimos, uma vez que se trabalhava com perfurações dos cartões de empréstimo. Após o sucesso nesta área, as outras seções da biblioteca também passaram a ser gerenciadas dessa forma, desde a confecção de catálogos até o compartilhamento de dados bibliográficos com o uso do MARC.

Fica evidente que esses *softwares* são para a gestão dos trabalhos técnicos de uma biblioteca, como a catalogação, indexação, circulação de materiais e compartilhamento de dados bibliográficos, não dispendo o objeto digital para o usuário, uma vez que é para consulta no catálogo sobre informações do item impresso.

Diferente dos *softwares* de gerenciamento, as bibliotecas digitais e os repositórios tem funções específicas que vão além desses *softwares*, são

tecnologias diferentes para fins diferenciados, apesar de exigir esforço parecido para sua implementação, dado que, para a implantação desses *softwares*, segundo Alauzo, Silva e Fernandes (2014, p. 25), é exigido que se tenha uma visão global de que mudanças acontecerão na rotina da biblioteca após a utilização desta tecnologia e isso requer um planejamento prévio e sistemático de treinamento e adaptação dos recursos humanos e dos usuários que utilizarão a tecnologia.

A partir disso verifica-se que os softwares de automação de bibliotecas não resolveriam o problema da BPR quanto a guarda, organização e disseminação de conteúdo digital, visto que, são bases de dados com informações sobre as obras que as bibliotecas possuem. O software de automação de bibliotecas Alexandria é utilizado pelas BPs para dar acesso ao catálogo delas.

2.2 BIBLIOTECA DIGITAL

As bibliotecas digitais surgiram em meio a integração e uso de tecnologias de informação e comunicação, a crescente disponibilidade de conteúdos digitais, a possibilidade de digitalização de conteúdos e a criação de novos serviços de informação, com a integração de objetos digitais. (SAYÃO, 2009).

A biblioteca digital pode ser definida como

Biblioteca que tem como base informacional conteúdos em texto completo em formatos digitais – livros, periódicos, teses, imagens, vídeos e outros -, que estão armazenados e disponíveis para acesso, segundo processos padronizados, em servidores próprios ou distribuídos e acessados via rede de computadores em outras bibliotecas ou rede de bibliotecas da mesma natureza. (MARCONDES et al., 2005, p. 16).

A partir do exposto acima, percebe-se que a biblioteca digital tem como característica armazenar e dar acesso aos conteúdos digitais de uma biblioteca.

Segundo Sayão (2007) a biblioteca digital não é um repositório, uma coleção de informações em formato digital, ou somente uma tecnologia para se avaliar isoladamente. Ela é um sistema aberto que envolve um ambiente organizacional e que necessita de profissionais capacitados, recursos informacionais, usuários definidos, tecnologia, padrões e protocolos e um planejamento a longo prazo.

As bibliotecas digitais, para Marchiori (2012), normalmente armazenam livros, periódicos, arquivos de som e de imagem, e restringem os critérios de busca a título,

autor e palavras-chave. Ou seja, consideram a tipologia do documento e os critérios de busca.

Na maioria das vezes a biblioteca digital é um serviço vinculado à biblioteca tradicional, claro que com diferenças explícitas, principalmente no que tange ao formato dos documentos, digital e impresso. A digitalização dos documentos impressos proporcionou a utilização das bibliotecas digitais pelas bibliotecas tradicionais, uma vez que possibilitou o compartilhamento de uma mesma obra a vários usuários a um preço baixo e com a possibilidade de se utilizar a versão completa de um texto. (SAYÃO, 2009, p. 13).

As bibliotecas digitais incluem as funcionalidades das bibliotecas tradicionais, mas potencialmente vão além em escopo e significado. O ambiente da biblioteca digital é um espaço dinâmico, constituído de informações eletrônicas, com níveis diferenciados de granularidade e serviços que possibilitam inúmeras configurações nas suas formas de disseminação e de uma gama extraordinária de usos e reúsos para os seus estoques informacionais e para as representações correspondentes. (SAYÃO, 2009, p. 14).

Ainda segundo Sayão (2009), as bibliotecas digitais, mesmo com possibilidades maiores em relação ao uso de novas tecnologias, ainda são bibliotecas, já que se espelharam nas bibliotecas tradicionais e em suas definições para expandir os próprios conceitos.

A partir da análise realizada por Sayão (2009, p. 14), foi possível identificar que a biblioteca digital possui algumas características relevantes a serem consideradas, destacando os seguintes pontos:

- As bibliotecas digitais são contraparte das bibliotecas tradicionais, possuem tanto materiais em formato digital, quando impresso, além de outros que possam ser disseminados em formato digital;
- Oferecem acesso à informação, não apenas apontando para ela;
- Podem oferecer acesso a materiais digitais e de outras bibliotecas digitais;
- Apoiam o acesso rápido a grande quantidade de fontes de informações, porém, através de links;
- Têm coleções volumosas, bem organizadas, de formatos variados, contendo objetos e não somente sua representação;
- Contêm os processos e serviços oferecidos pelas bibliotecas tradicionais;
- Permitem acesso a qualquer hora e local;

- Intensificam o conceito de compartilhamento de recursos das bibliotecas tradicionais;
- Se dirigem uma a outra ou a uma comunidade de usuários.

Marchiori (2012, p. 14) esclarece que as bibliotecas digitais são a compilação das versões eletrônicas das obras de literatura publicadas, mas também podem se apresentar como uma multiplicidade de documentos, tecnologias ou serviços através de uma rede de computadores, ou seja, elas disponibilizam a obras publicadas em formato digital, sejam as que já nascem neste formato ou as digitalizadas. A biblioteca digital se espelhou na biblioteca tradicional, oferece serviços diferenciados, porém somente disponibilizam obras já publicadas, como as bibliotecas tradicionais. Assim, ela é considerada uma biblioteca e não algo além disso.

Ao analisar a biblioteca digital, percebe-se que existem fatores que as aproximam dos repositórios, uma vez que ela vem junto a popularização do uso da internet, a necessidade de busca por informações, ao custo de armazenamento mais barato que o papel e a preservação da informação. Ela, porém, está diretamente ligada as bibliotecas tradicionais, utilizando este conceito para se afirmar enquanto biblioteca.

A partir disto é oportuno frisar que os repositórios são bem similares as bibliotecas digitais, porém com algumas funções importantes a mais, já que os repositórios permitem o autoarquivamento e a interoperabilidade entre variados sistemas através da coleta de metadados. (SAYÃO, 2009, p. 61)

Os repositórios nasceram a partir do movimento de acesso aberto, junto às universidades e institutos de pesquisa. Eles não precisam necessariamente estar ligados às bibliotecas e possuem especificidades que os colocam à frente da biblioteca digital, em relação a possibilidade de apropriação tecnológica pela BPR, como proposto pela pesquisa. As formas de arquivamentos dos objetos digitais podem ser exemplos em relação a biblioteca digital, uma vez que há a possibilidade de autoarquivamento, assim os próprios autores podem submeter objetos digitais ao repositório não necessitando de profissionais especializados para isto, dessa maneira, a equipe responsável pelo repositório pode realizar outras funções e avaliar os depósitos. Outro exemplo é a possibilidade de formas de interoperabilidade entre vários sistemas, como a federação.

Estes dois exemplos necessitam de uma política institucional para serem aplicados, mas ilustram algumas das possibilidades dos repositórios em relação às bibliotecas digitais, além de ofertar novos serviços pela instituição, gerar maior visibilidade e englobar a comunidade científica e a sociedade em um contexto geral. Existem outras diferenças que implicam, muitas vezes, na escolha de implantação de repositórios e não de bibliotecas digitais. Um repositório pode ser considerado um tipo de biblioteca digital, porém uma biblioteca digital não pode ser considerada um repositório.

Costa e Leite (2009) convalidam tal afirmação sustentando que “(...) todo repositório institucional de acesso aberto pode ser considerado um tipo de biblioteca digital. Entretanto, nem toda biblioteca digital pode ser considerada um repositório institucional”. Todas as aplicações de uma biblioteca digital podem estar presentes no repositório, mas não necessariamente em uma biblioteca digital, tendo o repositório mais especificidade.

2.3 REPOSITÓRIOS

Os repositórios têm grande visibilidade no que diz respeito ao acesso à informação científica. Foram concebidos com o objetivo de gerar livre acesso à informação científica, além de ofertar novos serviços e dar visibilidade às instituições de nível superior e de pesquisa. Assim, o uso de repositórios é crescente, com cada vez mais instituições de ensino e pesquisa adotando esta tecnologia.

Tais repositórios surgiram em meio ao desenvolvimento tecnológico constante, que gerou melhorias e facilidades para a organização e disseminação do conhecimento, e o contexto histórico de crise das publicações científicas, que fez gerar transformações e “ganharam força devido ao movimento de acesso aberto que gerou mudança na indústria de publicação científica”. (FACHIN et al., 2009).

A partir da Segunda Guerra Mundial o fluxo informacional ganhou notável magnitude, pois foi percebido o valor que a organização e disseminação da informação possuem. Com o fluxo informacional valorizado, se deu início a uma explosão informacional, existente ainda na contemporaneidade, que gerou uma crescente produção bibliográfica mundial. A partir da explosão informacional e, conseqüentemente, do aumento da produção bibliográfica mundial, fez surgir a

indústria da informação, comandada por editores, na década de 1960. Marcondes e Sayão (2009) explicam que

Essa indústria é formada por todo o tipo de serviços de intermediação entre produtores e consumidores ou usuários de informação científica; em ambos os casos trata-se fundamentalmente de pesquisadores e acadêmicos. Entre estes serviços de intermediação destacam-se os serviços de indexação e resumo, os serviços de acesso às bases de dados, as bibliotecas especializadas e acadêmicas, os editores científicos (de periódicos ou de monografias), os serviços de acesso à chamada “literatura cinzenta” – relatórios técnicos, teses, trabalhos publicados em congressos –, todos claramente identificados no modelo UNISIST. (MARCONDES; SAYÃO, 2009, p. 11).

Essa indústria, composta de vários segmentos, demonstrava grande força, dos quais se destaca o segmento de editores científicos. Esta informação é certificada por Marcondes e Sayão (2009, p. 12), pois que os editores científicos organizavam, publicavam, distribuíaam e vendiam as assinaturas dos periódicos produzidos por diferentes editores, formando um grande mercado, que se expandia junto à explosão informacional em ciência e tecnologia, alimentando os pesquisadores e conseqüentemente suas publicações científicas.

A indústria da informação inicia um processo de desestabilização na década de 1970, devido à contestação dos métodos de publicação pela comunidade científica, pois houve concentração econômica e monopolização dos editores científicos. Ocorreram compras e fusões de empresas editoriais originando os grandes grupos de editores, que concentravam a publicação de periódicos e suas assinaturas. Eles as vendiam em pacotes fechados, o que obrigava seus clientes a adquirirem periódicos fora de seu escopo somente para ter acesso ao que interessava, propiciando como resultado os excessivos custos de assinaturas. (MARCONDES; SAYÃO, 2009, p.12).

Assim se formou a crise dos periódicos científicos, que durou algumas décadas. “Paralelamente as tecnologias foram se desenvolvendo e se aprimorando constituindo uma nova forma de lidar com a informação e sua disseminação”. (GOMES; ROSA, 2010, p. 22). Enquanto as tecnologias se desenvolviam, salientam Marcondes e Sayão (2009, p. 14), os publicadores científicos ainda portavam o monopólio na disseminação da informação científica de forma ampla, através da venda de assinaturas das coleções de periódicos distribuíaas nas bibliotecas especializadas e acadêmicas. Leite (2009, p.7) afirma que isto, por conseqüente,

gerou barreiras para o acesso à informação científica, consistindo o crescente custo das assinaturas dos periódicos científicos como uma das principais barreiras.

A própria comunidade científica passa então a contestar os métodos de publicações científicas e as diversas restrições encontradas para a divulgação da informação, assim como exposto por Leite (2009, p.14):

A própria comunidade científica passa a questionar a lógica do sistema de publicação científica tradicional, em que editores científicos comerciais retêm os direitos autorais patrimoniais, atribuem preços excessivos e impõem barreiras de permissão sobre publicações de resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos, limitando a visibilidade e a circulação do conhecimento científico. (LEITE, 2009, p. 14)

Novas formas de publicação científica deveriam surgir para que não houvesse prejuízo relativo à divulgação e comunicação científica devido à crise dos periódicos, no intuito de melhorar o acesso e uso da informação. Logo, o advento da *Internet*, no fim dos anos 80, era uma saída para a evolução da divulgação da ciência. Gomes e Rosa (2010, p. 21) afirmam que o surgimento da internet e o avanço das tecnologias da informação e comunicação aceleraram as mudanças tão necessárias na forma de publicação e disseminação da informação científica. O avanço das tecnologias ofertou outro tipo de suporte além do que já existia e modificou o fluxo da comunicação científica, pois alterou o modelo clássico, o que combateu os altos custos das assinaturas dos periódicos científicos.

Marcondes e Sayão (2009) destacam que, no início da década de 1990 os pesquisadores e as bibliotecas especializadas passaram a buscar formas alternativas de acesso às publicações científicas devido aos altos custos das assinaturas dos periódicos. Com o uso da *Internet* era possível publicar a um custo mínimo, com maior visualização e alcance, o que resulta na transformação do modo de publicação científica. Assim, surgem iniciativas que defendem o livre acesso à informação científica, como o movimento de acesso aberto.

A construção de um repositório digital envolve algumas etapas elementares, entre elas estão o planejamento, a implantação e o funcionamento. Estas etapas são importantes, pois definirão a equipe de trabalho, análise contextual, seu acesso, as políticas de funcionamento do repositório, escolha do software, metadados utilizados, o tipo de repositório, seu povoamento e o compartilhamento das informações. (LEITE, 2009; LEITE et al., 2012)

2.3.1 Acesso aberto: estratégias para o acesso

Os repositórios estão diretamente ligados ao movimento mundial de acesso aberto, surgiram através dessa filosofia e hoje são pilares deste movimento, pois, assim como dizem Rosa, Meirelles e Palácios (2011), “os repositórios [...] representam, a democratização do acesso à produção científica e cultural das Instituições de Ensino Superior”.

O acesso à rede pela *Internet* pode agregar membros da sociedade científica, os interessados em ciência e a sociedade em um contexto geral e diminui o gasto das instituições na aquisição de periódicos entre outros documentos, o que contribui para a disseminação da ciência para públicos específicos e não específicos. Logo o movimento de acesso aberto pressupõe “[...] a disponibilização na internet da literatura acadêmica e científica permitindo que seja lida, descarregada, distribuída, impressa, pesquisada contribuindo para o avanço e disseminação da ciência.” (GOMES; ROSA, 2010, p. 22).

O movimento de acesso aberto pode ser considerado como ações que vêm “[...] construindo as condições necessárias para permitir o acesso livre à produção científica de forma legítima, alterando não somente o processo de aquisição de informação científica, mas também a sua produção, disseminação e uso”. (WEITZEL, 2006, p. 52). Ele é caracterizado como “um movimento político que se apoia no ideal de que pesquisas financiadas com recursos públicos devem ser disponibilizadas livremente para toda sociedade.” (JAMBEIRO et al, 2012). Portanto, este movimento orienta para a permissão do acesso e dá condições ideais à publicação e disseminação da informação de forma global.

Marcondes e Sayão (2009, p. 16) citam marcos significativos no processo de implementação do movimento de acesso livre, com destaque para os seguintes:

- Lançamento do *ArXiv*, o primeiro repositório eletrônico;
- A *Santa Fé Convention Open Archives Initiative*, que propôs mecanismos tecnológicos de interoperabilidade entre repositórios eletrônicos;
- As *Scholarly Publishing & Academic Resources Coalition*, uma associação mundial de bibliotecas especializadas;

- A Declaração de Budapeste em 2001 (BOAI)², que definiu estratégias para o acesso aberto a informação científica;
- A *School of Electronic and Computer Science* como primeira instituição a adotar o acesso aberto a sua produção;
- A Declaração de Berlin em 2003, que apoia o acesso livre a informação científica;
- A Declaração de Bethesda em 2003;
- A declaração de princípios da UNESCO com compromisso ao acesso livre (WSIS);
- O Manifesto pelo Acesso Livre no Brasil, em 2005;
- O Projeto de Lei nº 1.120 de 2007, que prevê política de livre acesso para o Brasil;
- E a decisão dos pesquisadores de Harvard a favor do acesso livre, em 2008.

A iniciativa de acesso aberto ou *Open Archives Initiative* (OAI), se utiliza de duas estratégias para alcançar seus objetivos, o acesso aberto ouro³ e o acesso aberto verde⁴.

O acesso aberto ouro “[...] se refere à produção e ampla disseminação de periódicos eletrônicos de acesso aberto na rede” (JAMBEIRO et al, 2012.). Portanto os editores dos periódicos fariam a disseminação da informação científica sem restrições de uso. (LEITE 2009, p. 14).

O acesso aberto verde “[...] trata da criação de repositórios institucionais (RI), tendo por objetivo principal a organização e disseminação da produção científica das instituições de pesquisa”. (JAMBEIRO et al, 2012, p.146). É o sinal verde para o uso de repositórios de acesso livre pelas instituições, pois permite o autoarquivamento dos autores e facilita a disseminação da informação, reduzindo o poder dos grandes editores científicos (LEITE, 2009, p. 17).

2.3.2 Repositórios: conceitos e uso

² <http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-recommendations>

³ Termo adotado conforme a BOAI 10 - <http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-recommendations>

⁴ Termo adotado conforme a BOAI 10 - <http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-recommendations>

Os repositórios são definidos a partir de seu uso, uma vez que foram desenvolvidos para a disseminação de informação científica. Desse modo, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) traz uma definição voltada para suas funções e sua relevância na visibilidade da instituição que o detém, conseqüentemente, têm-se que os repositórios:

São sistemas de informação que armazenam, preservam, divulgam e dão acesso à produção intelectual de comunidades universitárias. Ao fazê-lo, intervêm em duas questões estratégicas: contribuem para o aumento da visibilidade e o “valor” público das instituições, servindo como indicador tangível da sua qualidade; permitem a reforma do sistema de comunicação científica, expandindo o acesso aos resultados da investigação e reassumindo o controle acadêmico sobre a publicação científica. (IBICT, 2005)

Viana e Márdero Arellano (2006) posicionam os repositórios como sistemas de informação, que tem a função de armazenar, preservar, divulgar, disseminar e dar acesso à produção intelectual em formato digital de instituições científicas e podem ser acessados de qualquer lugar do mundo.

Weitzel (2006) objetivamente define os repositórios como arquivos digitais, que reúnem a coleção digital de determinada instituição.

Leite (2009, p. 21) coloca o repositório como um serviço de informação científica interoperável, que gerencia a produção intelectual de uma instituição em ambiente digital, logo permite a organização, preservação, arquivamento e ampla disseminação da informação científica institucional.

Os repositórios digitais armazenam coleções digitais de determinada instituição ou comunidade. Valem-se de sistemas de informação que permitem o controle, a preservação, disseminação e visibilidade da produção científica nas instituições de ensino e pesquisa, ao disponibilizar funções como a criação de comunidades e coleções, cadastro de usuários, gestão de políticas e o autoarquivamento. Diminuem o custo relativo à aquisição e publicação, conseqüentemente propiciam o acesso da comunidade científica e da sociedade fora do contexto científico, por sua capacidade ampla de acesso. (CAMARGO; VIDOTTI, 2009, p.55).

A partir do que foi visto anteriormente, considera-se que os repositórios surgiram como inovação ligada à disseminação da informação e a produção de conhecimento, já que permitem ao pesquisador maior liberdade de propagação e acesso às pesquisas. A preservação é outra função importante dos repositórios,

visto que guardam toda a produção intelectual ou cultural de uma instituição, funcionando como mecanismo para a memória.

O uso de repositórios no mundo é crescente e cada vez mais aderido por instituições de ensino superior e pesquisa. Sayão e outros (2009, p. 187) identificaram, no ano de 2009, 1583 repositórios no mundo. Ao comparar esta informação com dados extraídos recentemente (julho de 2017) do site *Opendoar*⁵, é possível verificar que o uso de repositórios mais que dobrou, foram identificados 3354 repositórios.

2.3.3 Apropriação da tecnologia de repositórios: flexibilidade tecnológica

Constatou-se que o contexto das instituições de ensino e pesquisa é o de maior uso dos repositórios, uma vez que surgiram a partir da ideia de acesso aberto, como uma das estratégias do BOAI. Contudo, suas possibilidades de preservação, organização, controle, visibilidade e disseminação da informação, permitem seu uso para outra realidade. Para uma biblioteca pública, o uso da tecnologia de repositório pode gerar visibilidade à produção de conteúdo gerada por ela, sobre ela e pela comunidade que a rodeia, funcionando como uma extensão do local de memória, ou seja, como uma fonte de guarda e disseminação da memória para a biblioteca pública e o local em que está inserida.

Isto é convalidado por Shintaku e Meirelles (2010, p.17) quando asseguram que “os repositórios, além de gerenciar os documentos digitais, possuem facilidades relacionadas à preservação destes e são sistemas flexíveis que podem se adequar a várias finalidades”. Estes autores ainda mencionam que os repositórios, mesmo apresentados dentro do contexto acadêmico, são utilizados cada vez mais para diferentes fins, o que faz com que possam surgir novos tipos de repositórios, como jurídicos, de objetos educacionais, mistos e técnicos, por exemplo. (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010, p. 17-18).

Um exemplo da apropriação de repositórios de forma diferenciada ao contexto científico, são os repositórios de objetos educacionais, que tem conteúdos para variados públicos ligados à educação. Se tem como amostra o Banco Internacional de Objetos Educacionais⁶, que conta com vários conteúdos para determinados

⁵ <http://www.opendoar.org/>

⁶ <http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/>

grupos de ensino, e a Federação de Repositórios Educa Brasil⁷, que conta com vários repositórios em um único local para a disseminação de conteúdos sobre objetos educacionais, auxiliando pesquisadores, professores e qualquer pessoa que tenha interesse pelo assunto.

Pode-se destacar também a Biblioteca Consuelo Pondé⁸, que utiliza um *software* de repositórios, o *DSpace*, para disponibilizar vários tipos de conteúdo, como artigos, documentos históricos, periódicos, multimeios, teses e dissertações, entre outros, e possibilita o acesso a documentos que não estão em sua base. Isto constata a flexibilidade no uso da tecnologia de repositório, ele pode adaptar-se a instituição dependendo de sua necessidade ou objetivo.

A Biblioteca Virtual de Natal⁹ (BVN) é outro exemplo do apoderamento da tecnologia de repositório, ela permite a disponibilização de obras próprias de qualquer pessoa, podendo ser textos, vídeos, áudios e fotos. As obras precisam abordar questões relativas a cidade de Natal e a região metropolitana, como políticas públicas, gestão metropolitana, cidades interativas e obras que retratem a formação histórica da cidade de Natal. São objetivos da BVN, retirados de seu *site*:

- Geral:
 - Sistematizar e divulgar informações acerca de estudos realizados sobre o município do Natal e Região Metropolitana
- Específicos:
 - Coletar, integrar e democratizar documentos sobre a cidade do Natal e Região Metropolitana;
 - Priorizar temas que traduzam as necessidades e demandas de informações sobre a Política Municipal de C&T;
 - Subsidiar trabalhos com vistas à promoção de Políticas Públicas sob a ótica do desenvolvimento sustentável local;
 - Compartilhar conhecimentos sobre estudos, programas e projetos das Secretarias Municipais;
 - Promover o acesso às publicações técnico-científicas de autores que contribuíram com estudos sobre a formação histórica do município do Natal.

⁷ <http://www.rea.net.br/site/federacao-educa-brasil-feb/>

⁸ <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/>

⁹ <http://www.natal.rn.gov.br/bvn/>

As ideias propostas por Shintaku e Meirelles (2009) são de extrema relevância ao pensar em repositórios de diversos tipos, isto é, não somente aquele que detém, organiza e dissemina informação científica ou esteja diretamente ligado a alguma instituição de ensino e pesquisa, como é o caso desta investigação.

Isto é ratificado por Camardo e Vidotti (2009, p. 61), uma vez que os repositórios foram criados para a preservação e divulgação da memória, além de dar visibilidade institucional. Entretanto esses ambientes não precisam ser impreterivelmente científicos, mesmo surgindo neste contexto, eles podem ser compostos para outros fins. Os repositórios ainda são ambientes recentes, que podem e devem sofrer modificações conceituais com o tempo, contudo devem manter seu princípio de preservar a memória a longo prazo.

Andrade e Oliveira (2012), enfatizam que

Os repositórios digitais são desenvolvidos para desempenhar um papel estratégico, nos ambientes cultural e técnico, de distribuidor de conhecimento em larga escala, aumentando o impacto de tomada de decisões, criação e transferência de conhecimento. (ANDRADE; OLIVEIRA, 2012).

Os repositórios têm como funções primordiais, armazenar, preservar, divulgar e gerenciar a informação, eles são flexíveis e podem se adaptar a instituição que os detém, apresentando-se como fator de inovação na oferta de novos serviços, o que seria de grande utilidade para as bibliotecas públicas.

2.3.4 Tipos de repositórios

Os tipos mais comuns de repositórios encontrados hoje na literatura científica são os repositórios institucionais e os repositórios temáticos. Shintaku e Meirelles (2009, p.18) destacam, que essas classificações tipológicas se referem aos aspectos funcionais dos repositórios entre a instituição e o autor e não estão ligadas necessariamente a tipologia documental armazenada.

Os repositórios institucionais têm como característica reunir e disseminar a produção intelectual de determinada instituição, tendo os autores ligação direta à ela. (COSTA; LEITE, 2009, p. 168; SHINTAKU; MEIRELLES, 2010, p. 18).

Além disso, o repositório institucional representa toda a produção de uma instituição em suas várias seções, “por agrupar documentos digitais provenientes de diversas áreas do conhecimento, os repositórios institucionais, principalmente das

universidades, permitem visualizar as pesquisas desenvolvidas pela instituição”. (ARAYA; VIDOTTI, 2010, p. 13).

Já o repositório temático, trata de um conjunto de trabalhos de tema específico de uma área do conhecimento disponibilizados na internet, são voltados às comunidades específicas, sem vínculo necessariamente a alguma instituição. (CAFÉ, 2003; COSTA; LEITE, 2009, p. 168). O arXiv (<http://arxiv.org/>), das áreas de matemática, ciência da computação, biologia quantitativa, finanças e estatística, é um dos exemplos de repositórios temáticos e uma das primeiras iniciativas de repositórios. (VIANA; MÁRDERO ARELLANO, 2006).

Guimarães, Silva e Noronha (2012, p. 37, tradução nossa) ressaltam como características dos repositórios temáticos, a possibilidade de aceitar colaboração de outras instituições, com o depósito voluntário, diferente do repositório institucional, em que o autor necessita estar ligado obrigatoriamente a uma instituição.

Complementa-se aos repositórios institucionais e temáticos, os repositórios de teses e dissertações, que são classificados pelo tipo documental que abrangem. (COSTA; LEITE, 2009, p. 168). Como exemplo deste tipo de repositório tem-se a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (<http://www.teses.usp.br/>).

Rosa, Meirelles e Palacios (2011) divergem dos tipos de repositórios mais encontrados na literatura científica e destacam outros dois tipos, sendo eles públicos, pertencentes a instituições públicas e de livre acesso, e privados, pertencente as instituições privadas e de acesso restrito ou parcial. Colocam também dois subtipos: os centrais e os de preservação, logo

Nos centrais, várias pessoas podem colaborar e contribuir com um mesmo documento que está depositado num lugar central e canônico. Os conteúdos são disponibilizados para todos os colaboradores da organização, de acordo com as permissões de diversos tipos (armazenamento, recuperação, edição, etc). Os RI de preservação, por outro lado, estão voltados, sobretudo, para a conservação de documentos e preservação da memória. Não obstante, seja qual for o tipo do repositório, a preservação é uma das principais características. (ROSA; MEIRELLES; PALACIOS, 2011, p. 131).

Dentre os dois subtipos de repositórios citados por Rosa, Meirelles e Palacios (2011), o que mais pode interessar às bibliotecas públicas é o repositório de preservação, já que ele está dentro de uma das principais características dos repositórios e pode se adequar às necessidades da biblioteca pública enquanto local de memória. Assim ele pode, sua apropriação, auxiliar na guarda, organização e disseminação da memória local pela biblioteca.

As bibliotecas públicas poderão se adequar a um dos tipos de repositórios propostos, visando sempre os conceitos importantes que sustentem o uso da tecnologia de repositório. Algo tão importante quanto o tipo de repositório, é a capacidade de interoperar informações que estes disponibilizam, logo a interoperabilidade se faz necessária para a proposta de apropriação de repositórios, levando em conta a escolha do *software* que permita isto com maior facilidade.

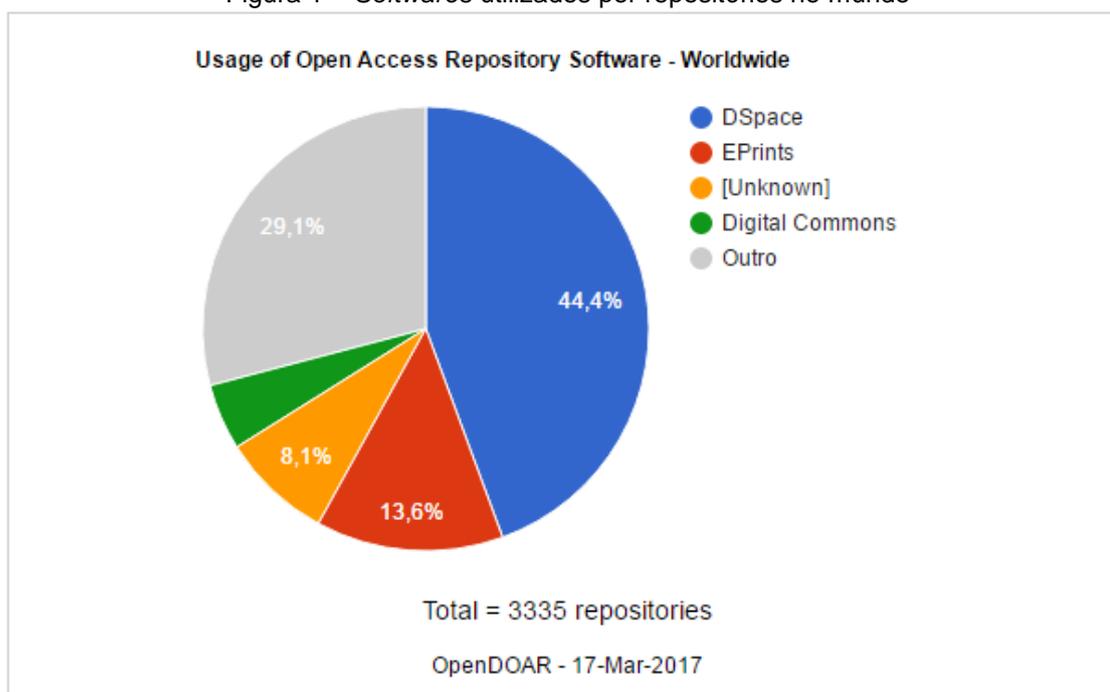
2.3.5 **Softwares de desenvolvimento de repositórios**

A construção de um repositório digital é bem complexa, pois passa por vários estágios diferentes como a definição de equipe e competências, custos, planejamento dos serviços, fluxos, elaboração de políticas, povoamento e escolha do *software* que será utilizado. Assim como afirmam Sayão e Marcondes (2009, p. 24).

A criação de repositórios institucionais compreende um grande número de atividades que ensejam aspectos políticos, legais, educacionais, culturais e alguns componentes técnicos importantes. O encaminhamento correto desses vários aspectos e de suas interrelações é que vai determinar o perfil do repositório e a sua aproximação aos objetivos fixados pela organização e, por fim, o sucesso do empreendimento. (SAYÃO; MARCONDES, 2009, p. 24).

Existem diversos *softwares* para a construção de repositórios digitais, a escolha de um deles pela instituição dependerá do que ela pretende com seu repositório, de que forma o utilizará e disponibilizará a seus usuários. Entre alguns dos *softwares* utilizados estão o *DSpace*, o *Eprints*, *Digital Commons*, entre outros. Destacam-se como os mais conhecidos e utilizados, segundo o site *OpenDoar*, o *DSpace* e o *Eprints*, presentes em mais da metade dos repositórios no mundo, conforme apresenta a figura abaixo:

Figura 1 – Softwares utilizados por repositórios no mundo



Fonte: <http://www.opendoar.org/>

Costa e Leite (2015) descrevem o *DSpace* como um *software* livre para o gerenciamento de repositórios digitais. Shintaku e Meirelles (2010, p. 22) indicam que ele se configura com uma estrutura hierárquica baseada em comunidades, coleções e itens, gerando possibilidades diferentes de comunidades compostas por várias coleções. Isto facilita a organização do acervo e ajuda na recuperação e a visualização da informação pelo usuário. Essa configuração, mesmo se apresentando de forma rígida, se mostra bastante eficiente para manter os objetos digitais e desenvolver o repositório.

Shintaku e Meireles (2010, p.23) observam que os repositórios dependem do uso de metadados para a descrição dos itens neles depositados. O *DSpace* utiliza o *DublinCore* como padrão de metadados para a organização e disseminação do conteúdo do repositório, mas ele é flexível neste ponto, já que permite a utilização de outros padrões de metadados, desde que sejam realizadas as configurações necessárias.

Características como flexibilidade, *software* livre, uso de padrão de metadados *Dublin Core*, compatibilidade com diferentes sistemas operacionais, foco no problema de preservação a longo prazo, interface customizável, a capacidade de armazenar variados tipos e formatos de documentos e adoção do protocolo para interoperabilidade OAI-PMH, podem ser fatores que justificam o maior uso do

DSpace pelas instituições no mundo. (SAYÃO; MARCONDES, 2009, p. 45; MARRA, 2012, p. 183). Ele foi “desenvolvido num projeto entre o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e a *Hewlett Packard* (HP), foi tornado público e disponibilizado em Novembro de 2002.”. (GOMES; ROSA, 2010, p. 37). O *DSpace* é indicado, também, por Rosa, Meirelles e Palacios (2011, p. 131) como um dos *softwares* de repositórios presentes em todos os tipos de repositórios. Costa e Leite (2015), acrescentam, através de seu estudo, que ele é o *software* mais utilizado pelos repositórios da América Latina.

O *Eprints* é um *software* livre desenvolvido pela University of Southampton (COSTA; LEITE, 2015). Ele proporciona, segundo Weitzel (2007), a pesquisadores cadastrados realizarem comentários sobre os documentos depositados através do próprio recurso do *software*. Para Sayão e Marcondes (2009, p. 45-46) o *Eprints* tem características parecidas com o *DSpace*, porém inferiores quando se trata de características técnicas e padrões atendidos, já que também utiliza o padrão de metadados Dublin Core, não tem restrições em relação aos tipos e formatos de objetos, adota o Protocolo OAI-PMH, porém é compatível somente com um sistema operacional, sendo o *DSpace* mais robusto.

A escolha do *software* é parte importante no processo de planejamento de um repositório, assim como as políticas que regulamentarão o uso do repositório.

2.3.6 Políticas para o planejamento do repositório

As políticas são elaboradas na fase de planejamento do repositório e devem abordar os objetivos, auxiliar na definição dos serviços, determinar a equipe de implementação e trabalho no repositório, expor prazos e formas de depósito, os tipos de documentos que serão depositados, definir as responsabilidades e tudo que a instituição considerar importante para o pleno funcionamento do repositório. (LEITE et al., 2012). As políticas são “documentos que regulamentam diversos aspectos relacionados à existência e ao funcionamento dos repositórios.”. (COSTA; LEITE, 2015).

Há níveis diferentes níveis de políticas, entres as quais, são exemplos, a política institucional, mandatória e de funcionamento. A política institucional determina a implantação do repositório, sua construção, povoamento, funcionamento, sua missão e objetivo, que devem estar de acordo com as

finalidades da instituição, e todas as outras políticas que sejam necessárias para o repositório. (CHALHUB; BENCHIMOL; GUERRA, 2012; CORBO; CARDOSO, 2016). Já a política mandatória, que pode ser parte da institucional, trata da questão do depósito de objetos digitais no repositório e está diretamente ligada ao acesso livre a informação. (NUNES; MARCONDES; WEITZEL, 2012; TORACI; SALCEDO, 2014; RODRIGUES; RODRIGUES, 2014). A política de funcionamento dará base aos serviços prestados pelo repositório à comunidade. Ela deve concordar com as políticas da instituição e com as decisões tomadas durante o planejamento do repositório, para seu pleno funcionamento. (LEITE, 2009).

Shintaku e Meirelles (2010, p. 32) mencionam que as políticas de um repositório normalmente são definidas conforme a finalidade do repositório, e que elas orientam sua implantação e gestão, elas não são definitivas e podem ser alteradas em concordância com as necessidades, logo podem ser revistas conforme a carência da instituição. Ainda segundo eles, as políticas compilam informações relativas a determinados pontos, como conteúdo, acesso e submissão.

De acordo com Tomaél e Silva (2010), as políticas de repositórios devem considerar aspectos relativos a responsabilidade pela criação, implantação e manutenção do repositório, ao conteúdo proposto, as licenças de uso, aos padrões, a preservação, acesso, sustentabilidade e financiamento do repositório.

Segundo Marra (2012, p. 187), o estabelecimento das políticas para um repositório orienta o desenvolvimento das coleções e seu gerenciamento, define os tipos de objetos que serão depositados e as formas de depósito e de acesso ao conteúdo, além de nortear sobre as questões relativas ao direito autoral.

Para Sousa (2012, p. 76-77), estão entre as políticas abordadas para a constituição de um repositório a política de responsabilidade, implementação e manutenção do repositório; a de conteúdo; as de direitos autorais e licenças; padrões; preservação; importação de dados bibliográficos, isto é, interoperabilidade; estrutura de metadados; uso de vocabulários controlados, tesouros e tabelas auxiliares; tabela de tipologia documental; e manual de tratamento da informação para os diferentes tipos de objetos.

Medeiros e Ferreira (2014, p. 197-198), também fundamentam os aspectos necessários às políticas para os repositórios, elas incluem políticas pertinentes ao conteúdo, a submissão ou depósito, ao acesso, aos direitos autorais e a preservação.

Em consonância, Sanchez, Vidotti e Vechiato (2016, p. 277), destacam as políticas de conteúdo, preservação, metadados, submissão, autoarquivamento e de acesso, como importantes para o planejamento de um repositório. Logo estas políticas terão destaque para este projeto, uma vez que são comuns entre os autores citados na revisão de literatura.

- **Política de conteúdo**

Tomaél e Silva (2007) observam que “o sucesso de um projeto de repositório institucional é frequentemente determinado pela quantidade de conteúdo que armazena.”. O conteúdo de um repositório está diretamente ligado à comunidade que ele atende, isto define o que será depositado.

A política de conteúdo, segundo Leite (2009 p. 44-45), é responsável pelos tipos de objetos que serão depositados, como os diferentes tipos de objetos devem ser gerenciados dentro do repositório, como é gerenciada a exclusão de objetos, como conteúdos sob embargo devem ser gerenciados e como aumentar a quantidade e qualidade dos objetos depositados. Neste último ponto, ele ainda indica como realizar esta tarefa por meio da identificação adequada do objeto que será depositado, do estímulo aos autores para o depósito e explicação de como realizar o autoarquivamento ou a mediação para o depósito. (LEITE, 2009, p. 45).

Conforme assinalam Shintaku e Meirelles (2010, p. 33), a política de conteúdo acolhe aspectos que indicam os tipos de objetos digitais ou formatos de arquivos que constarão no repositório, além de metadados que serão implementados.

Ainda quanto à política de conteúdo, Ferreira e Medeiros (2014, p. 206) mencionam que ela define o gerenciamento dos objetos depositados no repositório, os tipos de objetos e formatos, além dos tipos de embargos. Elas, assim como Leite (2009) ressaltam a importância do estímulo ao depósito do objeto no repositório pelo autor.

Farias e outros (2016, p. 63) expressam que em relação ao conjunto de serviços oferecidos que dispõe um repositório, está a “entrega de conteúdos digitais de toda a natureza – texto, imagem, vídeo, áudio, apresentações, programas de computador, *datasets*, etc.”, justificando e explicando o que determina a política de conteúdo.

Os variados tipos de objetos para depósito nos repositórios são determinados pela política de conteúdo, mas além dos tipos de objetos a serem depositados, esta política também deve considerar os formatos desses objetos, como pdf., doc., mpeg., jpeg., entre outros, visto que isto pode determinar a ferramenta tecnológica adotada pelo repositório, sua customização e o acesso aos formatos. (TOMAÉL; SILVA, 2007).

- **Política de acesso**

Outra política abordada e considerada importante para o planejamento de repositórios é a política de acesso, que se reporta, conforme Shintaku e Meirelles (2010, p. 33), a permissão de acesso aos objetos do repositório. Segundo eles, esta política define as formas de embargo, restrição ou liberação de acesso.

Para Tomaél e Silva (2007) a política de acesso vem junto a de uso, portanto consideram política de acesso e uso. Elas afirmam que algumas questões devem ser consideradas para o funcionamento do repositório, em relação a política de acesso e uso, sendo importante saber quem pode depositar no repositório, os tipos de objetos, se o repositório será formado por objetos depositados somente por autores locais ou por terceiros, que objetos poderão ser atualizados, quem será o responsável legal pelo repositório, sobre a segurança dos dados e os níveis de acesso de cada pessoa. Todas estas considerações são relativas à política de acesso.

A política de acesso “determina os níveis e perfis de permissões de acesso aos itens depositados no RI, abrangendo questões como padronização dos metadados e as restrições de acesso à informação”. (MEDEIROS; FERREIRA, 2014, p. 201).

Um exemplo da necessidade de uma política de acesso se dá quanto a questões relacionadas a patentes, estas podem ter acesso restrito durante algum tempo no repositório. Assim, a política de acesso se faz necessária para salvaguardar objetos que precisem de tratamento diferenciado em virtude de questões relacionadas a proteção do conhecimento, podendo ter sua disponibilidade no repositório reduzida ou limitada a alguns grupos de usuários. (NUNES; MARCONDES; WEITZEL, 2012).

É válido frisar que a política de acesso determinará, além do acesso a certos tipos de documentos, o acesso dos indivíduos ao repositório, implicando na submissão dos objetos digitais.

- **Política de submissão**

Ainda dentro das políticas, está a política de submissão, talvez seja uma das mais complexas, pois é aquela que tratará do depósito dos objetos no repositório. Conforme Shintaku e Meirelles (2010, p. 23), a submissão “é o processo pelo qual um objeto digital é depositado, percorrendo todas as etapas necessárias desde o início da submissão até que o item esteja disponível para acesso.”. Eles colocam que este processo consiste de três etapas, a catalogação, avaliação e a revisão de metadados, sendo obrigatória somente a catalogação, os outros são opcionais e dependerão das necessidades das coleções depositadas no repositório. Eles enfatizam ainda a importância de controlar as submissões, pois determinará os objetos que farão parte do repositório.

A política de submissão envolve as etapas necessárias para que um documento esteja disponível para acesso em um repositório. Devido às diversas opções para a submissão [...], essa política pode ser mais ampla e determinar um fluxo de submissão para todo o repositório, ou especificar fluxos distintos para coleções distintas. Outros pontos dessa política se referem à possibilidade de autoarquivamento, submissão aberta ou restrita, entre outros. (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010, p. 33).

Leite (2009, p. 68) apresenta os tipos de depósito para o repositório, sendo o autoarquivamento, onde a inclusão do objeto é realizada totalmente pelo autor e este fica automaticamente disponível para uso, e o submetido pelo autor, neste caso o objeto passa pela verificação da instituição para ficar disponível para uso.

Para Paiva e Giannasi-Kaimen (2011, p. 1752) a política de submissão trata do arquivamento ou depósito dos objetos digitais no repositório, podendo ser realizado pelo autor, por meio do autoarquivamento, ou submetido pelo autor, para que outro faça o arquivamento. Elas lembram que esta política deve considerar fatores como a qualidade dos metadados utilizados e a confiabilidade do autoarquivamento.

Sobre o processo de autoarquivamento na submissão de objetos digitais no repositório, Trindade e Silva (2016, p. 79) informam que é imprescindível haver políticas sólidas de conscientização para os autores, de forma que determinem e

instruam como realizar a submissão, caso contrário isto pode ser um problema para o povoamento do repositório, logo a política de submissão deve considerar a instrução dos atores responsáveis pelo depósito no repositório.

Ao considerar que a política de submissão determina o depósito de objetos no repositório, Marques e Vechiatto (2016, p. 222), trazem como exemplo os tipos de submissão utilizados pelo repositório da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), sendo por autoarquivamento, realizado pelo próprio autor, e por arquivamento mediado, sendo os bibliotecários, bolsistas e/ou servidores designados pela instituição.

A política de submissão, de acordo com Medeiros e Ferreira (2014, p. 206), deve definir as regras e os tipos de submissão disponibilizados pela instituição mantenedora do repositório, assim como orientar os passos que os autores devem seguir para a submeter seus conteúdos digitais.

As políticas estão ligadas entre si, uma vez que para a submissão deve haver uma política de metadados estruturada, pois é onde entrará a descrição dos objetos depositados.

- **Política de metadados**

A utilização de uma política de metadados criará um padrão para o preenchimento e uso dos metadados que poderão, dependendo da política, ser descritos de uma única forma por diferentes instituições (PARANGABA, 2016, p. 328). Leite (2009, p. 61) indica que um repositório terá metadados para cada objeto depositado nele. Logo a importância desta política para o repositório.

A política de metadados é fundamental para a adoção de padrões para o repositório, sendo importante na definição do grau de interoperabilidade e outros aspectos como estratégia de *open access*, conexão e preservação dos conteúdos. (TOMAÉL; SILVA, 2007). Os esquemas de metadados devem constar na política, já que são os conjuntos de metadados utilizados para depósito no repositório. É comum se utilizar o esquema padrão que chega junto ao *software* do repositório, porém estes metadados podem ser ampliados conforme a necessidade e os tipos de conteúdo depositados no repositório. (LEITE, 2009, 62).

Sousa (2012, p. 70) explica que é através dos metadados que as informações são processadas, atualizadas e consultadas, apresentando-o como indispensável na

administração dos dados. O autor ainda indica a relevância da adoção deste tipo de padrão para a descrição dos registros informacionais, para definir o nível de interoperabilidade do repositório. Logo a importância de uma política que considere os metadados para um repositório.

Existem diversos padrões de metadados, Shintaku e Meirelles (2010, p. 59) citam o *Dublin Core*, como mais simples e mais utilizado, o METS, o MODS, o ETDMS, o MTD-BR10 e o LOM. Tomaél e Silva (2007) situam, também, o RDF, o EAD e o MPEG-7, além de assinalarem o *Dublin Core* e o RDF como os mais inteligíveis, mais genéricos e amplamente utilizados, e o METS, EAD e o MPEG-7, como mais sofisticados no grau de representação de objetos mais sofisticados.

O *Dublin Core* permite a cooperação por interoperabilidade com outros repositórios. (FERREIRA, 2007, p. 86; MARQUES; VECHIATTO, 2016, p. 228). O *Dublin Core* é composto de 15 metadados de descrição que se atualizaram com o uso de qualificadores, se tornando mais completo. É um formato simples e sucinto que permite descrever vários tipos de objetos digitais, dando a opção à instituição de escolha entre o uso dos qualificadores e do formato mais simples. (PIRES, 2012). Os metadados também auxiliam ainda na preservação do objeto digital.

- **Política de preservação**

Arelada a todo o conjunto de políticas no planejamento de um repositório, está a política de preservação. Segundo Costa e Leite (2015), esta política é “essencial na constituição de um repositório. Elas representam o planejamento e o compromisso assumido pelo repositório com a garantia da preservação em longo prazo dos documentos depositados”.

Paiva e Giannasi-Kaimen (2011, p. 1751) enfatizam a preocupação com a preservação de objetos digitais, dado o rápido avanço tecnológico, durando pouco tempo a mesma tecnologia.

A política de preservação tratará da preservação digital do objeto relacionado a seu acesso a longo prazo. Para Marra (2012, p. 187), esta política requer bastante atenção, pois existe a questão da evolução tecnológica como sendo um fator recorrente para os acervos digitais e a segurança da informação, com relação a criação de documentos digitais fiéis aos originais e seu acesso a longo prazo. Condizente a isto, Medeiros e Ferreira (2014, 201), indicam que os requisitos

tecnológicos, os tipos de documentos a serem preservados e outras medidas que visam garantir o acesso a longo prazo dos objetos digitais, são pontos determinantes na política de preservação. Elas ainda citam como exemplo o uso de identificadores persistentes como estratégia para garantir o acesso perdurável aos documentos depositados. (MEDEIROS; FERREIRA, 2014, p. 211).

Ferreira (2006, p. 71) define preservação digital como um “conjunto de actividades ou processos responsáveis por garantir o acesso continuado e a longo-prazo à informação e restante património cultural existente em formatos digitais.” Mostrando que a política de preservação tem como foco o acesso a longo prazo dos objetos digitais. O autor ainda cita algumas estratégias de preservação digital, que podem constar na política, são elas:

- A preservação da tecnologia – consiste na criação de museus de tecnologias, com bastante desvantagens no que se refere ao avanço tecnológico;
- A migração (refrescamento) – consiste na transferência de informações de um suporte físico de armazenamento para outro mais atual.
- A emulação – consiste na utilização de um *software* capaz de reproduzir um objeto digital que está em uma plataforma obsoleta. (FERREIRA, 2006)

Ao considerar a relevância de uma política de preservação, Weitzel e Mesquita (2015, p. 186) expõem como estratégias de preservação, além da preservação tecnológica, migração e emulação, o encapsulamento, o uso de estrutura de metadados, identificadores persistentes, redes de distribuição de preservação digital, estratégias de backup e levar em consideração os formatos dos objetos que povoarão o repositório.

A política de preservação digital não deve considerar somente o objeto digital, a preocupação dela deve abranger a preservação física no que tange as mídias e a preservação lógica referente aos formatos, estes ligados aos *softwares* e *hardwares*. (TOMAÉL; SILVA, 2007).

- **Política de direitos autorais e licenças**

Outro ponto fundamental no que tange às políticas no planejamento de um repositório, é a criação de uma política que considere os direitos autorais e licenças. Esta política trata das condições legais para o depósito, acesso, uso dos objetos disponíveis no repositório e das licenças. (COSTA; LEITE, 2015).

Considera-se, segundo Leite (2009, p. 74), que os direitos autorais são fundamentais para o controle dos conteúdos produzidos pelos autores, uma vez que oferecem proteção e definem como eles podem ser utilizados e distribuídos, sendo primário o seu entendimento para o planejamento de um repositório. Marra (2012, p. 187) atenta que os autores que depositam conteúdos em repositórios, tem no direito autoral ou *copyright* uma proteção contra o plágio, garantindo que seu trabalho seja reconhecido, o que justifica uma política de direito autoral para repositórios.

Ao refletir a partir da ideia de que a política de direito autoral deve incorporar aspectos concernentes as licenças de *software*, licença para publicação e distribuição de conteúdo, levando em consideração a facilidade de cópia de conteúdos digitais (TOMAÉL; SILVA, 2007), fica evidente sua importância no planejamento de um repositório. Sayão e Marcondes (2008, p.143) também chamam atenção para a facilidade de cópia de conteúdo digital e colocam ainda que são menos fixáveis e facilmente acessados remotamente por vários usuários, reafirmando a necessidade de uma política de direitos autorais e licenças.

A política de direitos autorais atende questões relativas a aquisição de conteúdos e sua distribuição. As licenças são importantes nestas questões, pois são os contratos que permitirão o depósito e distribuição dos conteúdos. Dois tipos de licenças são correntemente utilizadas pelos repositórios:

- A licença de depósito – que é o acordo entre o autor e a instituição, esta permitirá o direito de distribuição e preservação pelo repositório; e
- A licença de uso – que é o acordo entre o autor e os usuários que utilizarão o conteúdo e visa regular o uso que pode ser feito do conteúdo. (LEITE, 2009, p. 74).

Considerar os tipos de licenças disponíveis é fundamental, porém deve ficar claro que um repositório, por suas características, precisa de “licenças flexíveis e inovadoras que lhes permitam, de forma legal, criar arquivos e coleções, gerar serviços compatíveis com as necessidades atuais e futuras de seus usuários e praticar estratégias apropriadas de preservação digital.” (SAYÃO; MARCONES, 2008, p. 143). Um tipo de licença que é muito utilizada pelos repositórios é a *Creative Commons*¹⁰, que é uma licença flexível *copyright* que possibilita publicar e disponibilizar os conteúdos digitais, permitindo a cópia, reuso, modificação,

¹⁰ <https://br.creativecommons.org/>

composição e ampliação do conteúdo digital original sob determinadas condições, isto é, desde que sejam garantidos alguns direitos. Para isto, esta licença possui gradações que asseguram os direitos. (SAYÃO; MARCONDES, 2008, p. 144-145).

Percebe-se que as políticas são demasiadamente indispensáveis ao planejamento de um repositório, devem considerar diversos fatores que contribuirão para seu melhor funcionamento e uso, além de facilitar a interoperabilidade e criar perspectivas futuras para uma federação entre repositórios.

2.3.7 Interoperabilidade e federação de repositórios

A troca de informações ou comunicação entre as máquinas ou sistemas é vital e facilitará o processo de busca e acesso à informações relevantes. Logo as máquinas e os sistemas devem ser capazes de trocar informações de forma a facilitar e melhorar o acesso e uso da informação. “Assim como nós, humanos, utilizamos vários idiomas para nos expressarmos, também as máquinas utilizam um variado conjunto de protocolos (linguagens de comunicação).” (GOMES; ROSA, 2010, p. 71).

É importante para a velocidade na disseminação da informação e conseqüentemente para a produção de conhecimento que as informações ou conteúdos sejam de fácil acesso, de preferência integrados para facilitar e dinamizar a busca por informação. Por conseguinte “[...] diferentes conteúdos só poderão ser integrados e reusados, no sentido de terem aproveitadas as sinergias uns dos outros, se estiverem ancorados por sistemas que permitam um alto grau de interoperabilidade”. (SAYÃO; MARCONDES, 2008, p. 134).

A interoperabilidade não é algo novo, existe há bastante tempo, uma vez que para acompanhar a explosão informacional, as bibliotecas precisavam se comunicar entre si estabelecendo serviços para troca de informações, a cooperação entre bibliotecas é um exemplo claro de interoperabilidade. Andrade e Oliveira (2010) convalidam que desde metade do século XX as bibliotecas precisaram instituir serviços colaborativos que possibilitassem a troca de informação para acompanhar a explosão informacional. Foram criados mecanismos que assegurassem o compartilhamento de informações e a cooperação entre bibliotecas de uma forma generalizada, desta maneira elas conversavam entre si através de sistemas, trazendo o conceito de interoperabilidade.

Sayão e Marcondes (2008, p. 134) declaram que “toda uma estrutura global foi montada em torno da ideia do compartilhamento e da cooperação entre bibliotecas”.

As máquinas ou sistemas precisam de linguagens específicas e comuns que auxiliem no processo de comunicação entre elas, linguagens que contêm semântica para que a comunicação faça sentido. Assim, Gomes e Rosa (2010, p. 72) estabelecem que “as máquinas, para se entenderem, necessitam de um idioma comum que possibilite a partilha não só da sintaxe e da estrutura, mas também, e isto é muito importante, do significado dos termos, ou seja, da sua semântica”.

A interoperabilidade independe de determinada plataforma tecnológica ou *software* para que as informações sejam utilizadas em diferentes instituições através de uma única página, ou seja, gerando um intercâmbio de informações, desde que as instituições estejam ligadas em rede e forneçam um sistema de busca interoperável ao usuário, logo a interoperabilidade se traduz

[...] efetivamente pela possibilidade de acessar recursos digitais, independente da sua localização geográfica, diretamente através do acionamento de *links* presentes em bases de dados, catálogos, índices e portais, assim como de *links* presentes em outros objetos digitais, como por exemplo, um artigo incluído numa publicação eletrônica (SAYÃO, 2007a).

Sayão (2007b) adiciona que a interoperabilidade é o processo contínuo o qual garante que sistemas, procedimentos e cultura de uma instituição sejam gerenciados de maneira a potencializar o intercâmbio, troca e uso de informações.

Segundo Andrade e Oliveira (2012) a interoperabilidade permite ao usuário acessar a vários tipos de repositórios e os documentos neles contidos, facilitando a pesquisa e busca de informações de maneira a contribuir para abordagens diferentes na pesquisa. As autoras mostram a facilidade gerada pela interoperabilidade para o usuário na busca e acesso à informação, já que ele poderá realizar a pesquisa em diversos repositórios de um único lugar.

Camargo e Vidotti (2009, p. 65) versam que

A interoperabilidade é a capacidade de compartilhamento de informações em diferentes sistemas por meio de ferramentas como linguagem de marcação adequada como *XML (Extensible Markup Language)*, uso de metadados e arquiteturas de metadados. As informações registradas e armazenadas em diferentes estruturas e comunidades do conhecimento poderão ser intercambiadas, possibilitando um trabalho conjunto entre sistemas e usuários. (CAMARGO; VIDOTTI, 2009, p. 65).

Segundo Sayão (2007, p. 66), por sua viabilidade técnica, a interoperabilidade de repositórios digitais “dá margem à realização, de fato, do conceito de repositórios digitais distribuídos - vasto conjunto de estoques de recurso digitais sediados e mantidos por organizações distintas, que, no entanto, se unificam na perspectiva do usuário”.

A interoperabilidade é de suma importância para o acesso à informação disponível em repositórios, pois ela tem a função de gerar a comunicação entre eles, melhorando o acesso, a busca, a recuperação e o uso da informação. A interoperabilidade maximiza os recursos informacionais dos repositórios, tendo importância além da questão técnica, como afirmam Gomes e Rosa (2010, p. 72).

A interoperabilidade, afigurando-se uma questão meramente técnica, tem contudo grandes implicações em termos do acesso à informação disponível em repositórios, pois dela depende a capacidade de “comunicação” entre os mesmos. Se as plataformas de implementação e os dados presentes nos repositórios forem interoperáveis, as possibilidades de pesquisa simultânea entre repositórios é facilitada, permitindo maximizar o potencial dos recursos documentais arquivados individualmente em cada repositório, na medida em que se torna possível a pesquisa em simultâneo com significados compartilhados nos vários repositórios, bem como a relação automática entre os resultados dessas pesquisas. A partir de uma pesquisa é possível manipular os seus resultados, agregando-os ou separando-os e expandir ou refinar pesquisas em termo semânticos, i.e. de significado. (GOMES; ROSA, 2010, p. 72).

Enfatiza-se que a interoperabilidade não é algo fácil de se obter, já que depende de acordos, políticas, trocas, compartilhamento, tecnologias entre outros fatores importantes. Sayão e Marcondes (2008, p. 137) deixam claro que ela não depende somente de requisitos técnicos, depende do que a instituição pretende com seu repositório, da relação com instituições parceiras, usuários, de como a instituição se relaciona com os problemas ligados à informação e de uma mudança na forma de trabalhar com os repositórios.

É lícito afirmar que interoperabilidade está relacionada a comunicação entre diferentes sistemas. Rodrigues e outros (2011, p. 352) confirmam e introduzem que a interoperabilidade depende de protocolos para que possa existir, assim “a interoperação é a capacidade de sistemas distintos para comunicar e compartilhar dados entre si. A base para este processo está apoiada naturalmente na comunicação de dados, estabelecida e facilitada através de protocolos”. Dentre os protocolos mais utilizados para dados bibliográficos estão o Z39.50 e o OAI-PMH.

O Z39.50 surgiu em 1988 como um protocolo que permite a comunicação entre computadores, trocando informações bibliográficas, com intuito de assistir a pesquisa e a recuperação da informação em rede (RODRIGUES et al, 2011, p. 352). Hoje é ainda um dos protocolos mais utilizados para dados bibliográficos, que permitem a busca através de uma interface única no catálogo da biblioteca e nas bases de dados remotas. Ainda segundo Rodrigues e outros (2011, p. 352) o Z39.50 é um

[...] protocolo de interoperação que pode ser implementado em qualquer plataforma, sistemas operacionais e equipamentos e diferentes sistemas de gerenciamento de bancos de dados. Uma implementação Z39.50 contém uma interface para conexão com múltiplos sistemas de informação, permitindo ao usuário final o acesso a outro sistema. Mas o acesso a outros sistemas é estabelecido pelo próprio sistema ao qual o usuário está conectado. Ele não precisa conhecer novos comandos e estratégias de busca, pois os resultados da pesquisa são apresentados no sistema local, em formatos e estilos com os quais ele está acostumado. (RODRIGUES et al., 2011, p. 352).

O OAI-PMH (*Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting*) nasce junto ao movimento de acesso livre e aos repositórios para gerar interoperabilidade entre eles. O OAI-PMH segue recomendações do OAI (*Open Archives Initiative*), o qual desenvolve e promove padrões de interoperabilidade para facilitar a disseminação de conteúdo e tem sua origem junto aos repositórios e ao movimento de acesso aberto. (RODRIGUES et al, 2011, p. 352).

Araya e Vidotti (2010, p. 122) explicam que o OAI-PMH surgiu junto as novas alternativas de publicação científica, isto é, com os repositórios, a partir de reunião entre pesquisadores, que incentivaram a criação da Iniciativa de Arquivos Abertos (*Open Archives Initiative – OAI*) e frisavam desenvolver padrões de interoperabilidade para facilitar a disseminação da informação. Para isso estabeleceu-se o uso de um padrão de metadados como base para o *Dublin Core*, a adoção de uma sintaxe ou linguagem, decidiu-se pela *Extensible Markup Language* (XML), para representar e transportar as informações, e pela implementação de um protocolo comum de comunicação para os repositórios, o OAI-PMH, que possibilita mostrar os metadados dos registros depositados nos repositórios com a possibilidade de coleta por outros repositórios.

O OAI-PMH tem objetivo voltado à recuperação da informação por meio da recuperação de metadados de repositórios digitais. Ele é adequado para “a

recuperação de grandes conjuntos de metadados de repositório” (RODRIGUES et al, 2011, p. 352). Ainda segundo os autores

O protocolo OAI-PMH foi desenvolvido com o objetivo de ser utilizado em uma arquitetura “provedor de serviço /provedor de dados”. Não é um protocolo para buscas diretas no repositório, pois não apresenta condições para que sejam recuperados registros específicos. Permite que haja uma filtragem apenas por categorias previamente definidas e por data de atualização. (RODRIGUES et al, 2011, p. 354).

A interoperabilidade ocorre em alguns níveis, que vão dos menos aos mais específicos.

O nível menos robusto de interoperabilidade, é a colheita automática de dados ou *metadata harvesting* criado pelo OAI, este é o protocolo OAI-PMH. Esta forma de interoperabilidade surgiu pela grande dificuldade em se formar federações (nível mais alto de interoperabilidade), devido aos grandes esforços que as instituições deveriam fazer. Sayão e Marcondes (2008, p. 138) concordam que as soluções menos dispendiosas para o estabelecimento de interoperabilidade entre repositórios surgiram devido à dificuldade de se criar federações, pois precisariam de esforços menores das instituições participantes, como o não enquadramento em vários acordos, somente disponibilizando a troca de informações através da colheita de metadados com o protocolo OAI-PMH.

Rodrigues e outros (2011, p. 361) afirmam que “a interoperação entre repositórios se mostra oportuna para alcançar objetivos como propiciar a ampliação do acesso, incentivar o uso, gerar informação, tornando possível a difusão do conhecimento e a consequente melhoria da qualidade do ensino”.

É importante frisar que a interoperabilidade é indispensável para os repositórios e conseqüentemente para o movimento de acesso aberto, tanto em sua forma mais básica quanto na mais robusta, a federação. O mais alto nível de interoperabilidade é a federação, que depende de grande esforço das instituições participantes, pois devem concordar com os serviços integrados e com as especificações, gerando padrões para formar uma federação. Ela exige que um grupo de instituições esteja de acordo com uma série de serviços e especificações, como políticas e outros fatores, utilizados como padrões cooperativos. (SAYÃO; MARCONDES, 2008, p. 138).

A federação entre repositórios, apesar de ser a forma mais robusta de interoperabilidade e exigir bastante esforço das instituições envolvidas, auxilia decisivamente na busca, recuperação e disseminação da informação.

A federação pode ser considerada como a integração de vários repositórios que trocam informações entre si e fornecem ao usuário uma pesquisa mais ampla e de um único local, Sayão e Marcondes (2008, p. 139) explicam que

[...] o termo federação, apesar de indicar um nível específico de interoperabilidade, tem sido muito frequentemente usado para indicar genericamente a integração e a interoperabilidade entre repositórios digitais em diferentes níveis e operando simultaneamente, principalmente por autores mais próximos das áreas de TI. (SAYÃO; MARCONDES, 2008, p.139).

Rodrigues e outros (2010, p. 353) explicam que a federação de repositórios é a aglutinação de repositórios integrados por convecção e se utilizam de um padrão de interoperabilidade para que sejam acessados de um único ponto, isto é, se acessa de uma única página vários repositórios sem que seja redirecionado a cada um.

A federação de repositórios se faz importante, pois permite que o usuário faça a busca em vários repositórios sem ter que necessariamente conhecer todos, facilitando a busca por conteúdos de qualidade e na quantidade de interesse.

A integração entre repositórios permite a interoperabilidade entre as coleções, uma grande variedade de dados e metadados e a administração por várias instituições (RODRIGUES et al, 2011, p. 353), o que é de grande valia, já que essa administração é o que permite as parcerias e acesso aos repositórios integrantes da federação.

A partir disso, pode-se inferir que a federação permite ao repositório ampliar seu acervo, ao possibilitar o uso de novas coleções, a integração de novos serviços e recursos disponíveis em outros repositórios.

Fica claro que a federação deve trabalhar de forma a integrar repositórios e facilitar o acesso à informação, o que aumenta o acervo das instituições e significa oferta de um serviço inovador para seus usuários. Para isto a federação depende totalmente da interoperabilidade. A federação age de forma a deixar os repositórios integrados e ao mesmo tempo independentes. Sayão e Marcondes (2008, p. 146) corroboram apontando que a federação deve conter níveis diferentes de interoperabilidade, ela preencherá as lacunas dos espaços informacionais, que

ganharão riqueza semântica ao estarem conectados, o que poderá gerar serviços inovadores.

Outro fator importante para que haja uma federação é a forma como esta será realizada, implementada ou disponibilizada, ou seja, sua arquitetura, visto que deverá ter como foco a melhoria no acesso a informação pelo usuário. Assim se torna importante um projeto bem definido de arquitetura para a federação. Logo Sayão e Marcondes (2008, p. 140) destacam que

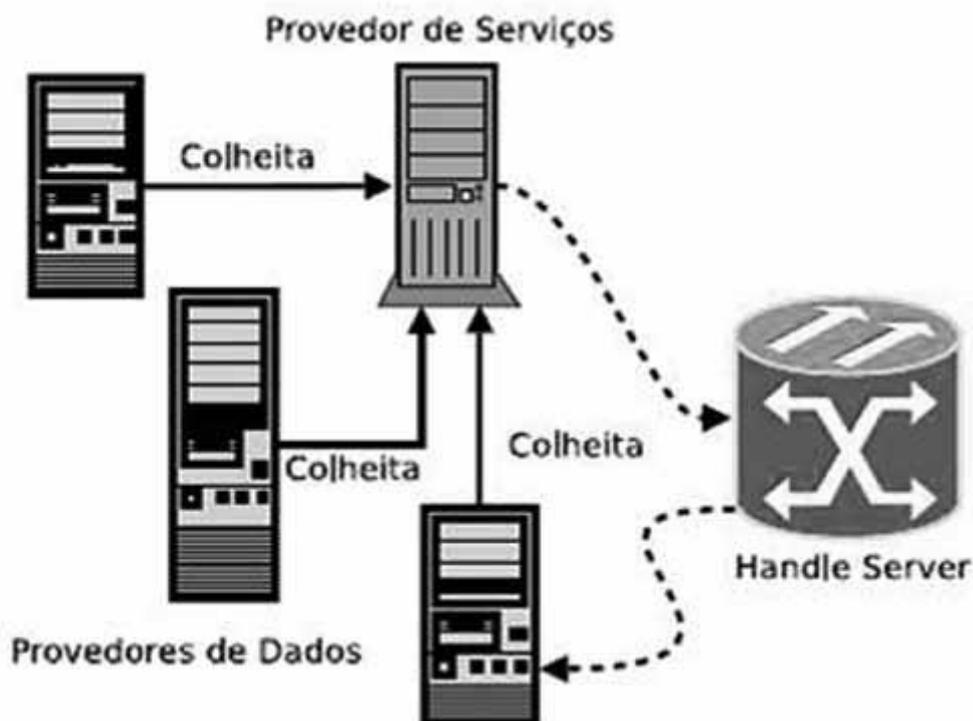
O projeto de arquitetura pode ser enfocado de diversas formas, porém, de maneira genérica, a arquitetura de federação de serviços pode ser estruturada em três camadas distintas: 1) camada de repositórios digitais, onde as informações estão armazenadas com autonomia de representação e de interfaces de acesso; 2) camada de adaptação, que provê acesso uniforme às informações ocultando as diferenças de modelos de dados e de interfaces de consulta. Nessa camada, adaptadores especiais ou mediadores – por exemplo, *harvesters* - têm que ser implementados para transformar os modelos específicos das fontes de dados em um modelo global do sistema federado. O mapeamento de esquemas particulares de metadados usados por cada repositório em um padrão comum, por exemplo, *Dublin Core*, serve como ilustração dessa camada; e 3) camada de federação, que responde pela integração global dos dados. Essa camada oferece os serviços para definição de uma visão integrada dos dados e consultas. É nessa instância que se pode dispor de bases de dados para descrever, por meio de metadados, os diferentes recursos disponíveis. (SAYÃO; MARCONDES, 2008, p. 140).

Um exemplo de federação de repositórios é a Federação de Repositórios Educa Brasil¹¹ (FEB), que desenvolveu uma infraestrutura de federação de repositórios para auxiliar no acesso aos repositórios em um escopo multi-institucional. (RODRIGUES et al, 2011, p. 353).

Castro (2009, p. 291) apresenta uma arquitetura de federação de repositórios baseada no OAI. Ele explica que uma federação OAI tem como base a separação entre os servidores de dados e de serviços. Os provedores de dados gerenciam os repositórios de conteúdo, onde são armazenados os objetos digitais, eles criam e expõem os metadados. Os provedores de serviço colhem os metadados e disponibilizam em um mecanismo de busca único os registros dos repositórios. (CASTRO, 2009, p. 289-290).

¹¹ <http://www.rea.net.br/site/federacao-educa-brasil-feb/>

Figura 2 – Arquitetura de uma federação OAI



Fonte: (CASTRO et al, 2009, p. 289)

Os tipos de repositórios a serem escolhidos, os *softwares*, o tipo de interoperabilidade que se pretende e as políticas são de suma importância para o planejamento de repositórios. As políticas podem ter maior grau de destaque no planejamento, pois elas visarão um repositório para um tipo distinto de uso, saindo das instituições de pesquisa para as bibliotecas públicas, permitindo a apropriação dessa tecnologia baseado na possibilidade de uso e funcionamento.

2.4 BIBLIOTECA PÚBLICA

A origem das bibliotecas se dá com a necessidade de registro e armazenamento da produção de conhecimento do ser humano. Complementar a isto, Serrai (1975, p. 142) afirma que as bibliotecas “[...] se prendem à descoberta da escrita sobre materiais estáveis e leves, os documentos”. Loureiro e Jannuzzi (2005, p.124) vão ao encontro desse pensamento e incluem que o ser humano sempre procurou registrar seu conhecimento através das experiências, os primeiros registros foram dos desenhos nas paredes, geralmente ligados a seu cotidiano. Ainda de acordo com os autores, a necessidade de registro e documentação se tornava cada

vez mais necessária com as descobertas e invenções que eram criadas, passando, o ser humano, a controlar cada vez mais os aspectos de sua vida, assim surgiram os documentos.

Brettas (2010, p. 107) explica que:

O ser humano possui uma especial forma de comunicação, utilizando recursos gráficos que preservam sua herança cultural. Em uma dada sociedade, essa comunicação transmite a cultura preexistente e a cultura de outras sociedades para as futuras gerações. Por esse motivo, esses registros gráficos precisam ser preservados e organizados. Assim, a biblioteca aparece como uma instituição fundamental para cumprir tal objetivo, acumulando, desenvolvendo e disponibilizando livros e outros documentos ao público.

Para Nora (1993) a biblioteca é um dos locais de memória utilizados pelo ser humano, assim como os arquivos e os museus, e dependem da produção e do registro documental para armazenar a memória gerada, evitando a perda de grande parte dela com o passar do tempo, como ocorria antes do registro do conhecimento. Logo, se tem ideia de como e porque surgiram as primeiras bibliotecas, sendo a guarda da memória um importante fator no seu processo de criação, já que, segundo Brettas (2010, p. 102) “a função de uma biblioteca, entre outras, é guardar um acervo cuja informação registre parte da memória escrita de um grupo social”.

A biblioteca se tornava cada vez mais importante para a sociedade e com o crescente aumento da produção editorial, elas se proliferaram pelo mundo, tendo seu ápice no velho mundo, e se encontravam presentes em várias instituições, como igrejas, instituições de ensino, e nas cidades por iniciativa das administrações públicas. (MILANESE, 2013).

As bibliotecas são as detentoras e disseminadoras da informação e do conhecimento, porém nem sempre esta informação e conhecimento esteve disponível para toda a sociedade, na verdade eles eram disponíveis, inicialmente, para uma elite de leitores, para os sábios, os que possuíam certo conhecimento. Segundo Gomes (2014, p. 154) “na Antiguidade e na Idade Média os acervos foram formados pela nobreza e pelo clero, com o objetivo de se desenvolver e consolidar a erudição dessas categorias sociais, mas com o foco central da formação cultural das lideranças políticas e religiosas.” Com o passar dos anos houve a necessidade de tornar disponível a informação e o conhecimento contidos na biblioteca para a sociedade de uma forma geral, pode-se dizer que se iniciam as bibliotecas públicas.

Brettas (2010, p. 108) revela que as bibliotecas só foram abertas ao público após a Revolução Francesa, sendo esta uma conquista do povo, que passou a ter acesso a documentos que registravam os direitos da nobreza e do clero.

A biblioteca pública no Brasil surgiu na primeira década do século XIX, na Bahia. A Biblioteca Pública da Bahia foi inaugurada em 1811, caracterizava-se como biblioteca pública por ser aberta ao público e por ser financiada pelo governo. “Era um espaço privilegiado de sociabilidade e de circulação de ideais [...]”. (AZEVEDO, 2012). A partir disso tornou-se indispensável que as bibliotecas públicas partissem da iniciativa do governo. Suaiden (2000, p. 52) explana sobre o surgimento da primeira biblioteca pública no Brasil, quando diz que

A vinda da Biblioteca e da Imprensa Real também não representou indicadores efetivos do acesso e da disponibilidade de informação para toda a sociedade. No entanto, no dia 5 de fevereiro de 1811, Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco encaminhou um projeto ao governador da Capitania da Bahia, solicitando a aprovação do plano para a fundação da Biblioteca. Esse documento, que historicamente é o primeiro projeto na história do Brasil com o objetivo de facilitar o acesso ao livro, mostrava grande preocupação com a área da educação. O plano foi aprovado, e a Biblioteca inaugurada no Colégio dos Jesuítas em 4 de agosto de 1811. Posteriormente, todas as providências para a fundação de bibliotecas partiram sempre da iniciativa governamental. (SUAIDEN, 2000, p. 52).

Na atualidade as bibliotecas públicas no Brasil passam por vários problemas ligados a fatores econômicos, sociais e conceituais, procurando se definir e se atualizar em conformidade com a evolução tecnológica e oferta de novos serviços a seus usuários. Segundo Azevedo (2012) “as Bibliotecas Públicas no Brasil passam por um momento tenso, com um notório problema no entendimento de sua missão, função e objetivos.”.

O conceito de biblioteca pública está ligado ao incentivo à leitura e cultura e ao acesso à informação e a memória da região em que está inserida. O Manifesto IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas (1994), afirma isto e diz que

A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse da informação que lhes permita exercer os seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação. A biblioteca pública - porta de acesso local ao conhecimento - fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais. (IFLA, 1994)

Este Manifesto apresenta a importância do acesso à cultura, à informação e ao conhecimento para a formação do indivíduo e a construção de uma sociedade e apresenta a biblioteca pública com parte integrante e responsável por gerar este acesso. O Manifesto continua a definição de biblioteca pública complementando que

A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas. Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As colecções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados assim como fundos tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As colecções devem refletir as tendências actuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação. As colecções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais. (IFLA, 1994)

O Manifesto da IFLA/UNESCO define a biblioteca pública e mostra sua importância, apresentando seus objetivos perante a sociedade que atende.

O livro *Biblioteca Pública: princípios e diretrizes*, produzido pela da Biblioteca Nacional, afirma que a biblioteca pública se baseia no princípio de igualdade e acesso para todos, sem qualquer tipo de restrição, disponibilizando à sociedade todo tipo de conhecimento. (BIBLIOTECA..., 2010, p. 18). Este livro diz ainda que as bibliotecas públicas brasileiras são as mais importantes instituições democráticas do país, abrangendo e disseminando a educação e cultura, exercendo um grande e importante papel social e de grande relevância, com vocação para incluir a sociedade brasileira na academia, contribuindo para o aumento da sociedade científica. Este pode ser tomado como um ponto importante em relação a função da biblioteca e a apropriação da tecnologia de repositórios, visto que pode auxiliar a comunidade científica e a sociedade de forma geral, porém é importante analisar outros conceitos com a finalidade de ratificar esta ideia.

Britto (2014, p. 14) destaca as funções tradicionais das bibliotecas, que podem ser organizadas e aplicadas conforme a necessidade de cada instituição, dependendo do vínculo e propostas de serviços à comunidade. Entre estas funções estão a reunião e organização da produção cultural e intelectual da sociedade; o registro da produção documental da região em que está inserida, formando a

memória; disseminação do conhecimento cultural e intelectual; e a promoção de leitura e cultura.

Pode-se complementar as funções das bibliotecas públicas em face das novas tecnologias da informação, visto que estão presentes no cotidiano da sociedade, a partir das informações abaixo:

- agente essencial na promoção e salvaguarda da democracia, através do livre acesso a todo tipo de informação proporcionando, desta forma, matéria de reflexão para a geração do verdadeiro conhecimento;
- instituição de apoio à educação e a formação do cidadão em todos os níveis, através da promoção e incentivo à leitura e à formação do leitor crítico e seletivo capaz de usar a informação como instrumento de crescimento pessoal e transformação social;
- centro local de tecnologias da informação, através do acesso às novas tecnologias da informação e da comunicação, familiarizando os cidadãos com o seu uso;
- instituição cultural, através da promoção do acesso à cultura e do fortalecimento da identidade cultural da comunidade local e nacional. (BIBLIOTECA..., 2010, p. 19).

O uso de tecnologias da informação tem seu destaque, pois deverá ser cada vez mais constante pelas bibliotecas públicas, uma vez que elas devem evoluir junto à necessidade de informação de seus usuários, procurando atendê-los de forma cada vez melhor, propiciando inovação e inclusão a ele, se adaptando as novas realidades que lhe são propostas. Medeiros e Olinto (2012) convalidam a percepção apresentada, porque as bibliotecas públicas passam por um momento de questionamento, uma vez que não deverão somente propor o uso de novas tecnologias, e sim, se adaptar a elas no intuito de rever sua forma de atuação e seu papel perante a sociedade.

A partir do explicitado, é lícito afirmar que a biblioteca pública é de extrema importância para a sociedade no que diz respeito a disseminação da informação e cultura, incentivo à leitura, inclusão social, acesso a informação, uso de novas tecnologias e como instituição de memória. Ela é uma das responsáveis por dar a sociedade uma identidade cultural se valendo de todo um aparato social para isto, através, principalmente, de incentivo do governo responsável por sua administração, seja ele municipal, estadual ou federal.

A biblioteca pública, para atender seu público e se adequar aos novos tipos de usuários e usos da informação, deverá realizar mudanças e buscar alternativas fora de seu perfil tradicional, se aliando as novas tecnologias, por exemplo. “As

mudanças poderão vir, mas não mediante o uso das ferramentas tradicionais das bibliotecas. A biblioteca do século XXI pede alternativas.” (MILANESI, 2013).

A ideia de uma biblioteca tradicional somente difusora de livros está distante do ideal para uma biblioteca pública, Milanesi (2013, p. 69) diz que “a sua função básica – prestar informações necessárias à coletividade – permanece e, com os novos recursos, poderá ser incrementada.” Isto abrirá novas possibilidades de acesso e uso das bibliotecas públicas, o que pode facilitar a conexão entre a sociedade e a comunidade científica. Suiaden (2000) elucida que a biblioteca pública deve criar uma interação entre ela e a sociedade com que se relaciona, deixando de ser estática, implantando novos serviços e formas facilitadas de acesso aos usuários, corrigindo erros que possam ter cometidos anteriormente, trabalhando junto as novas tecnologias para isto.

Portanto compreende-se que a biblioteca pública deverá inovar, porém sabe-se que os grandes problemas de ordem econômica, principalmente, podem atrasar a inovação. Logo ela deverá buscar outros caminhos se apoiando em argumentos como o de Brettas (2010, p. 107), quando diz que a biblioteca não é um lugar parado e sem dinamicidade, ela é um local onde convergem informações, se disseminam ideias e se criam novos conhecimentos. Essa convergência de informação entre as bibliotecas públicas pode fazer com que elas se ajudem no processo de crescimento e inovação, justificando a quinta lei da biblioteconomia, ou seja, a biblioteca é um organismo em crescimento. Medeiros e Olinto (2012) concordam e incrementam que em decorrência da crise, as tecnologias podem ser a salvação das bibliotecas públicas, pois ajudarão a definir novas formas de trabalhar, novos serviços e a definir a atuação das bibliotecas junto às sociedades que as cercam.

Nesse contexto de bibliotecas públicas aliadas ao uso de novas tecnologias e entendimentos novos sobre seu espaço, atendimento ao usuário e uso da informação, “as bibliotecas públicas poderiam tornar-se ‘um dos principais celeiros culturais’ da atualidade, com o apoio de novos ambientes de serviços a serem reavaliados”. (MEDEIROS; OLINTO, 2012). Assim, a partir da concepção de que deverá haver uma mudança de comportamento das bibliotecas públicas, pode-se dizer que surgem as Bibliotecas Parque, como modelos distintos dos convencionais de bibliotecas públicas existentes no Brasil, mesmo sendo um projeto colombiano, porém mantendo sua missão e objetivos.

3 METODOLOGIA

A investigação contou com processos metodológicos para o seu desenvolvimento, entre os quais ajudaram a estruturar a pesquisa e basear todo o trabalho realizado.

Entre as metodologias utilizadas, está a pesquisa bibliográfica, que se caracteriza, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 183), por abranger

[...] toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183)

A pesquisa bibliográfica teve a função de buscar informações e criar laços entre os principais conceitos, afirmando a ideia de apropriação da tecnologia de repositório pela BPR. Foi utilizada para verificar os tipos de repositórios existentes, elucidar sobre qual pode se encaixar melhor para esta biblioteca e como consolidar a ideia de possíveis ações, relacionadas as políticas, para o planejamento de um modelo conceitual de apropriação de repositório para ela, ao apresentar a preocupação com o povoamento, conteúdo, acesso, preservação, metadados e direitos autorais e licenças. Verificou-se também, a relação com uma possível federação de repositórios. Assim, a pesquisa bibliográfica se desenvolveu com base em bibliografias já publicadas, periódicos, pesquisa em base de dados e repositórios nacionais e internacionais. (COSTA; COSTA, 2009, p. 133).

Empreendeu-se o levantamento de documentos que poderiam fazer parte de um repositório para BPR, considerando seu futuro povoamento. Esta investigação contou com os documentos produzidos pela BPR e os comuns a todas as Bibliotecas Parque, além de pesquisa na *Internet*, mais especificamente na plataforma *YouTube*, que distribui vídeos como uma rede social, e em periódicos e repositórios com objetos referentes a ela ou a Rocinha.

Assim, constatou-se que a BPR possui, como objetos passíveis para um repositório, a ficha técnica das ações desenvolvidas por ela para a promoção de leitura e cultura, o plano de trabalho anual, manual de processamento técnico, política de acervo, caderno da biblioteca infantil e o regimento interno.

A busca por objetos digitais, como vídeos no *YouTube*, se deu pela percepção de que os grupos culturais e sociais que frequentam a BPR produzem este tipo de material. Alguns dos grupos a utilizam como base para o desenvolvimento de seu trabalho, como o grupo Cia Semearte que trabalha com teatro, dança e ações culturais para crianças, adolescentes e jovens, e o GBCR, que é ligado a cultura *hip hop* da Rocinha e realiza trabalhos sociais e culturais para público de diversas faixas etárias. Estes grupos foram escolhidos por terem maior representatividade na BPR. A pesquisa no site foi realizada buscando o nome dos dois grupos. Foram encontrados numerosos vídeos no *YouTube* ligados aos grupos em questão, assim como de pessoas que participam desses grupos. Logo foram selecionados os 10 vídeos mais acessados no site em questão, conforme apêndices A e B.

O levantamento de itens em periódicos e repositórios permitiu que se verificasse objetos que possam ter relação de interoperabilidade após a apropriação da tecnologia de repositórios pela BPR. A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)¹² foi considerada por abranger teses e dissertações de diversas instituições. Após a busca sobre a BPR e Rocinha, foram constatados alguns documentos, a partir disso, percebeu-se que haviam objetos de instituições distintas, logo foram escolhidos o Repositório Institucional Universidade de Brasília¹³ e o Repositório Institucional da Fiocruz (ARCA)¹⁴, por apresentarem, potencialmente, possibilidade de mais itens sobre os assuntos pesquisados, como livros, artigos entre outros possíveis. O primeiro destacou-se pelos documentos encontrados na BDTD e o segundo por ser de uma instituição ligada a área de saúde pública. Em todos foram encontrados objetos sobre a Rocinha ou a BPR.

Além dos repositórios, foi localizada na *Internet*, por meio de busca sobre turismo de base, uma vez que a BPR recebeu o I Congresso de Turismo de Base Comunitária na Rocinha¹⁵, em abril de 2015, a base de dados Publicações de Turismo¹⁶, que se trata de uma base referencial, que leva o usuário ao acesso pelo site do periódico, ela pode ser útil no mapeamento de objetos digitais sobre a Rocinha, visto que possui objetos sobre turismo no bairro. A pesquisa bibliográfica e

¹² <http://bdtd.ibict.br/vufind/>

¹³ <http://repositorio.unb.br/>

¹⁴ <https://www.arca.fiocruz.br/>

¹⁵ <http://www.riomaissocial.org/eventos/i-congresso-de-turismo-de-base-comunitaria-na-rocinha/>

¹⁶ <http://publicacoesdeturismo.com.br/>

o levantamento de dados apresentaram os laços conceituais para afirmar a possibilidade de apropriação da tecnologia de repositórios pela BPR, com a perspectiva de fornecimento de novos serviços à comunidade, disseminando informação e preservando a memória local.

Foi adotada uma abordagem qualitativa que, como dizem Silva e Menezes (2005, p. 20), “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. Logo, verificou-se as possibilidades na oferta de novos serviços, a inovação gerada, o aumento do acervo e a visão da BPR como local de memória para a região em que está inserida, com a possibilidade de apropriação tecnológica de repositórios. Isto foi verificado após a percepção de outras formas de apropriação da tecnologia de repositórios, como a Biblioteca Consuelo Pondé e a Biblioteca Virtual do Natal. Tencionou a criar um novo conhecimento sobre um fato novo, já que trabalhou com a inovação em uma biblioteca pública, sendo essa uma de suas missões, além de apresentar a importância do uso das tecnologias por estas bibliotecas, retirando sua raiz e fazendo com que se movimentem cada vez mais em direção a sociedade. Realizando, na visão de Silva e Menezes (2005, p. 20), “[...] a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados [...]”, básicos para esta abordagem.

A BPR foi o campo empírico desta pesquisa, onde foram realizadas as coletas de dados úteis à investigação, como os grupos que a frequentam, destacando os dois com maior representação e atividade na biblioteca, Cia Semearte e GBCR, a produção de conteúdo interna e a falta de organização e disseminação da produção, assim configurou-se como um estudo de caso, que segundo Costa e Costa (2009, p. 132) se limita a poucas unidades para a pesquisa, neste caso se limitando a BPR.

Quanto a sua natureza, a pesquisa se apresentou de forma aplicável, uma vez que se propôs ações para a apropriação da tecnologia de repositórios pela BPR, gerando conhecimento para aplicação prática no futuro, voltado à solução de problemas e para interesses locais, como a organização, preservação e disseminação da produção cultural local, se valendo de um local de memória. (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20).

O ponto de partida da pesquisa se deu pela produção de conteúdo da BPR e a forma de armazená-los e disseminá-los. Ao investigar, percebe-se que esta biblioteca tem uma produção de conteúdo que pode ser de interesse para outras

bibliotecas públicas, para a comunidade científica e para a sociedade que a cerca, no que tange a produção de novos conhecimentos. Há também os conteúdos que são produzidos pelos grupos que participam da BPR diariamente e os conteúdos externos, ou seja, conteúdos que exprimem informações sobre a BPR ou a comunidade da Rocinha e que podem ser utilizados para compor a memória daquele local, como as teses, dissertações, artigos entre outros.

A partir do exposto, a pesquisa se desenhou como exploratória, no que se refere ao seu objetivo, valendo-se de levantamento bibliográfico para incrementar o arcabouço teórico com temas ligados aos repositórios, como planejamento, políticas, e federação de repositórios, interoperabilidade, bibliotecas que já se apropriaram do uso da tecnologia de repositório, e outros que surgiram complementando o referencial teórico da pesquisa e o campo empírico para introduzir as bibliotecas públicas e tratar das Bibliotecas Parque. Este tipo de pesquisa é considerada exploratória, uma vez que Marconi e Lakatos (2003) informam que ela visa proporcionar maior familiaridade do pesquisador com o ambiente, a criação de hipóteses e a modificação ou criação de conceitos. Adicionalmente, esta pesquisa visa estimular a compreensão de que o uso de um repositório pode ser de grande valia para as bibliotecas públicas e que é possível a apropriação dessa tecnologia para este tipo de biblioteca, que poderá ser aplicável a qualquer tempo, conforme a disponibilidade e necessidade delas.

4 BIBLIOTECAS PARQUE: MODELO NO DO RIO DE JANEIRO

As bibliotecas públicas contemporâneas em todo o mundo tendem a seguir um modelo único, que incentive cada vez mais a comunidade ao seu redor a utilizá-la, seja para leitura ou como espaço cultural, desta forma muitas destas bibliotecas estão ganhando a face de bibliotecas parque, que são caracterizadas por sua arquitetura moderna, acesso a dispositivos tecnológicos e se configuram como equipamentos culturais para o desenvolvimento social, promovem lazer, cultura e socialização entre seus usuários. (SILVA, 2012, p 29-30).

O conceito de Biblioteca Parque está ligado a bibliotecas e parques de leitura, locais onde além de bibliotecas tradicionais tem-se cultura e lazer. Convalidando a afirmação, Bazilio (2014, p. 61) diz que “o conceito de Biblioteca Parque significa biblioteca e parques para leitura ao ar livre [...]. É mais interativa com os seus usuários que utilizam a biblioteca também como lazer. Ela deve possuir uma ampla gama de atividades de ação cultural”.

Segundo Silva (2012, p. 30), este é um conceito novo de biblioteca, onde o acervo é disponibilizado de forma que agrade e facilite o acesso pelo usuário, assim como seu mobiliário que visa oferecer um ambiente agradável e propício para a construção de novos conhecimentos, lazer e a possibilidades de acesso às tecnologias, o que se faz importante na formação do cidadão, ajudando a construir uma sociedade com senso crítico e sem restrição de acesso a informação.

Maranhão (2015, p. 31) ao se referir as bibliotecas parques colombianas, que foram modelos para as bibliotecas parque brasileiras, diz que “além do aspecto informativo destes equipamentos, as bibliotecas parque colombianas têm a finalidade de ocupar o papel de espaços de convivência e áreas de lazer, por isso a denominação 'parque’”.

As Bibliotecas Parque surgiram a partir do modelo de bibliotecas nas cidades de Bogotá e Medellín, na Colômbia. Contrariamente à ideia de que somente os países desenvolvidos economicamente poderiam identificar novos papéis para as bibliotecas públicas, bem como financiar novos projetos que se incluíssem nas questões sociais da sociedade, uma vez que as bibliotecas parques colombianas encontram-se dentro das políticas de governo para o combate à violência e à pobreza. (OLINTO, 2012).

As bibliotecas parque foram implantadas em regiões onde era alto o índice de

violência e baixo o nível educacional, após sua implantação o índice de violência diminuiu e o educacional aumentou, como afirma Bazilio (2014, p. 61-62.).

Medeiros e Olinto (2012) explicam que as cidades colombianas elaboraram políticas sociais para o combate à violência, entre essas políticas estão as bibliotecas, que tem a função de oferecer acesso à informação e ao conhecimento, gerando oportunidade de mudança social na região, elas trabalham juntas às comunidades, oferecendo e recebendo atividades culturais.

A intenção dos governos destas cidades era exatamente integrar os bairros mais pobres e violentos à cidade como um todo, já que estes problemas dificultavam sua entrada nas regiões mais pobres. Maranhão (2015, p. 30), afirma que

Inseridas num amplo plano de desenvolvimento concebido para a cidade em 2004, as bibliotecas parque colombianas foram criadas com a proposta de integrar os bairros pobres à cidade na tentativa de reconstruir o tecido social, ampliando as perspectivas de jovens e adultos moradores destas áreas. A maioria das bibliotecas do gênero foi instalada em áreas historicamente dominadas pelo tráfico de drogas, o que, segundo o governo da cidade, dificultava o acesso do poder público local e, conseqüentemente, a introdução de ações governamentais e serviços básicos como Saúde e Educação, entre outros.

Silva (2012, p. 30) relata sobre a real mudança que a implantação das bibliotecas parques na Colômbia causou nas comunidades em que estão inseridas, mostrando um impacto positivo na comunidade e o incentivo para implantação de mais bibliotecas neste modelo.

O cenário brasileiro é muito parecido com o das cidades colombianas citadas, com seus grandes problemas sociais ligados, entre outros fatores, a educação e violência. Maranhão (2015, p. 30) reitera que

[...] há uma série de semelhanças entre as iniciativas do estado do Rio de Janeiro e da cidade de Medellín. Com características muito parecidas, ambas enfrentaram e ainda enfrentam problemas estruturais de difícil resolução envolvendo questões como a violência urbana e a falta de políticas públicas de longo prazo que possam incluir áreas conflagradas pelo tráfico de drogas em um processo de melhorias urbanas e de serviços, sobretudo no âmbito da Educação, da Saúde e do Trabalho e Renda, com a formação de jovens para o mercado de trabalho.

A partir deste cenário, parecido com o quadro das cidades colombianas, o Governo do Estado do Rio de Janeiro inspirou-se no próprio projeto delas e implantou a Biblioteca Parque de Manguinhos, como a primeira Biblioteca Parque no Brasil, logo o projeto se estendeu e o modelo foi aplicado à Biblioteca Pública de Niterói, à construção da Biblioteca Parque da Rocinha, fazendo parte do Programa

de Aceleração do Crescimento – PAC, e para a Biblioteca Parque Estadual. (BAZILIO, 2014, p.62)

As Bibliotecas Parques do Estado do Rio de Janeiro são hoje os modelos de bibliotecas públicas a serem seguidos no Brasil, visto que romperam os laços com as bibliotecas públicas tradicionais e oferecem serviços que todas as bibliotecas públicas deveriam, teoricamente, oferecer. São polos de cultura, educação e incentivo à leitura, além de estarem inseridas no cotidiano do local em que estão.

Hoje são quatro as Bibliotecas Parque, todas desenvolvidas na gestão do ex-governador Sérgio Cabral (2007-2014) pelo programa de Bibliotecas Parque do Estado do Rio de Janeiro e coordenadas pela Secretaria de Cultura do Estado. Eram administradas por uma Organização Social (OS) chamada Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG)¹⁷ e, infelizmente, até o fechamento desta pesquisa três delas encontram-se fechadas por falta de repasse financeiro do atual Governo do Estado à OS que as administrava. Somente a Biblioteca Parque de Niterói continua em funcionamento devido a um acordo com a prefeitura da cidade de Niterói.

As bibliotecas estão localizadas em quatro regiões diferentes do Rio de Janeiro, porém, por enquanto, privilegiam a capital e sua região metropolitana. A mais antiga é a Biblioteca Parque de Manguinhos (BPM), localizada na zona norte carioca, no bairro de Manguinhos e próxima às comunidades do Jacaré e de Manguinhos, inaugurada em 2010. A segunda foi a Biblioteca Pública de Niterói (BPN), em 2011, a única localizada fora da capital, porém no centro dessa cidade. Esta biblioteca é antiga e foi revitalizada dentro do modelo de Biblioteca Parque. Posteriormente, foi inaugurada em 2012 a Biblioteca Parque da Rocinha (BPR), entre a zona sul e oeste carioca, localizada dentro do bairro/comunidade da Rocinha, ela possui uma arquitetura diferenciada das outras, pois é constituída de cinco andares. Por último, em 2014, foi inaugurada a Biblioteca Parque Estadual (BPE), localizada no Centro da cidade do Rio de Janeiro, próximo a Central do Brasil e de frente para uma das mais importantes avenidas da cidade, a Avenida Presidente Vargas. Era a antiga Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro (BPERJ), que, como a BPN, também foi revitalizada, se transformando no modelo

¹⁷ <http://www.idg.org.br/>

das Bibliotecas Parque do Estado. Todas fazem parte da Rede de Bibliotecas Parque do Estado do Rio de Janeiro.

Todas as BPs foram inspiradas no projeto das bibliotecas colombianas e foram financiadas pelo governo, a BPM e a BPR receberam, inclusive, investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC).

Segundo Maranhão (2015, p. 22) “o conjunto de equipamentos culturais é reconhecido pela própria Secretaria de Cultura como sendo o mais significativo da pasta nos últimos anos por sua dimensão e aporte de recursos”.

A BPR é o campo empírico deste trabalho, contudo, se faz necessário o relato de informações sobre a região em que está inserida, a Rocinha, para compreender o destaque dela em relação ao local em que se encontra.

4.1 A ROCINHA

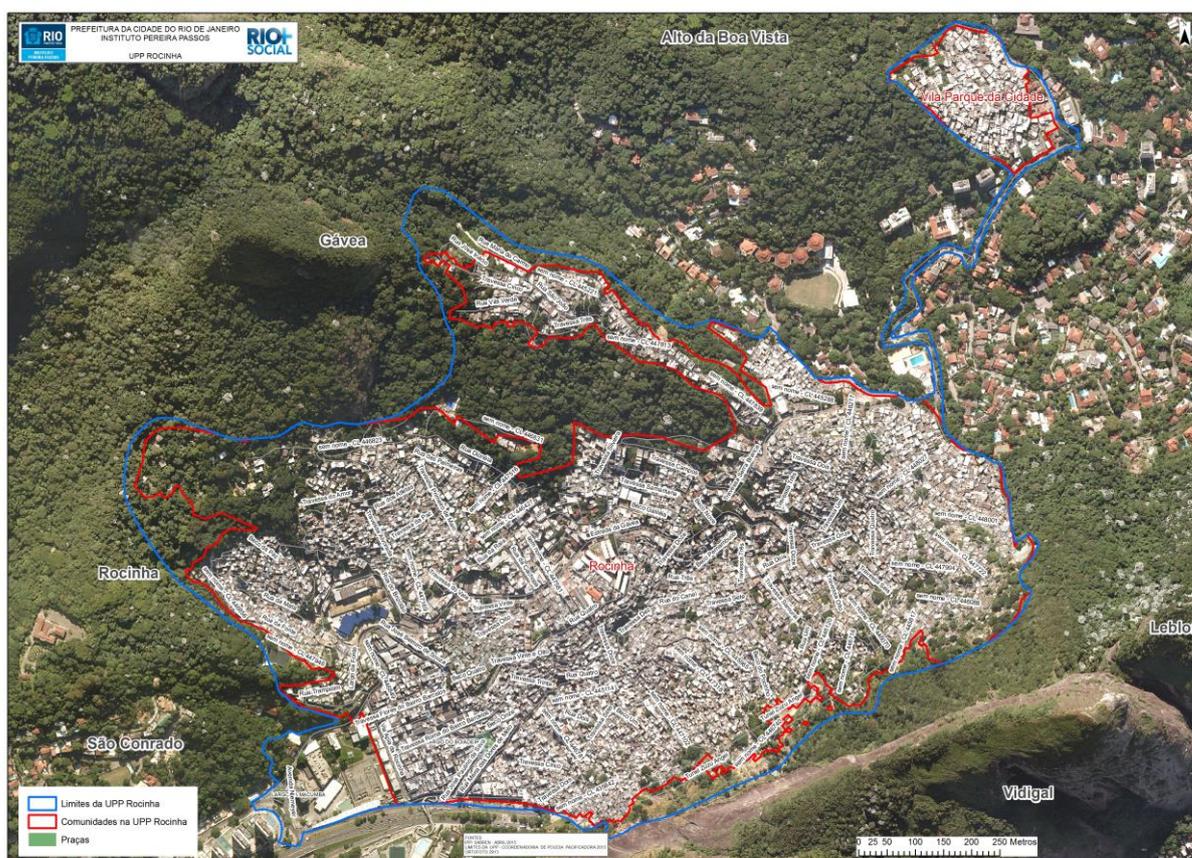
A Rocinha é uma das maiores e mais famosas favelas do Brasil. Tem uma grande população nordestina, advinda do fluxo migratório no país, segundo dados do Censo Domiciliar realizado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. No ano de 2010, a Rocinha possuía aproximadamente 73.410 habitantes, porém “uma estimativa pontual populacional, considerando a população recenseada, além das recusas e residências com moradores ausentes, chega a 98.319 pessoas, sendo a média de habitantes por domicílio igual a 2,9” (GOVERNO DO RIO DE JANEIRO, 2010, p. 3), ou seja, a Rocinha conta com quase 100 mil moradores, tem dimensões de uma cidade dentro de outra cidade.

A Rocinha passou a ser considerada um bairro em 1993, isto é, a BPR está localizada em um bairro da cidade do Rio de Janeiro com uma conjuntura de favela, porém esta localidade ainda sofre com problemas graves ligados ao saneamento básico, moradias em áreas de risco, coleta de lixo, entre outros, mesmo após conquistar status de bairro e se encontrar em uma região nobre do município. (MARANHÃO, 2015, p. 20).

Hoje é uma das favelas (bairro) do Rio de Janeiro com uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), implantada desde 2012, alguns meses após a inauguração da BPR. A Rocinha fica entre dois bairros nobres, um da zona sul e outro no início da zona oeste carioca, Gávea e São Conrado respectivamente, e conta com diversas ONGs e programas sociais para a população.

Segundo Maranhão (2015, p. 19) “a Rocinha é composta por cerca de 24 localidades ou sub-bairros. Entre os mais conhecidos estão Barcelos, Vila Verde, Cidade Nova, Laboriaux, Cachopa, Roupa Suja e Vila União”. Dos sub-bairros citados, a Cachopa é a localidade mais próxima à BPR. A figura 3, retirada do site Rio+Social¹⁸ da Prefeitura do Rio de Janeiro, apresenta o perímetro territorial da Rocinha, para ilustrar seu tamanho enquanto bairro e favela.

Figura 3 – Perímetro territorial da Rocinha



Fonte: <http://www.riomaisocial.org/territorios/rocinha-2/?secao=mapas>

A favela da Rocinha recebeu do PAC o desenvolvimento de “[...]ações nas áreas de Educação Infantil, Saúde, Cultura, Habitação e Urbanização. Entre as obras entregues na favela estão a Biblioteca Parque, apartamentos, uma creche-referência, e uma Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas”. (MARANHÃO, 2015, p. 23). Segundo informações do Rio+Social, a Rocinha conta com unidades municipais e organizações sociais e culturais ligadas a prefeitura ou de forma independente, são elas:

¹⁸ <http://www.riomaisocial.org/territorios/rocinha-2/?secao=inicio>

➤ **Unidades municipais**

- **Unidades de assistência social** – Conselho Tutelar 13 – Rocinha / São Conrado e Centro de Referência da Assistência Social (Cras) Rinaldo de Lamare;
- **Unidades de Saúde** – Clínica da Família (CF) Maria do Socorro/Rocinha, Clínica da Família (CF) Rinaldo de Lamare, Centro Municipal de Saúde (CMS) Dr. Albert Sabin, e Centro Municipal de Saúde (CMS) Pindaro de C. Rodrigues;
- **Equipamentos de educação (Creches, EDIs e Escolas)** – Creche Municipal (CM) Castelinho; Creche Municipal (CM) Dr. Pedro Bloch; Creche Municipal (CM) Iacyra Frazão; Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI) Profº Caseiro Ribeiro; Centro Integrado de Educação Pública (Ciep) Dr. Bento Rubião Escola Municipal (EM) Abelardo Chacrinha Barbosa; Escola Municipal (EM) André Urani, Escola Municipal (EM) Paula Brito, Escola Municipal (EM) Primário Luiz Paulo Horta, Escola Municipal (EM) Rinaldo De Lamare.

➤ **Organizações sociais e culturais**

- Acorda Capoeira – Associação Cultural e Organização Regional do Desempenho da Arte;
- Associação Brasileira de Apoio e Desenvolvimento da Arte Capoeira – Abada Capoeira;
- Associação de Moradores do Bairro Barcellos – AMABB;
- Casa Espírita Cristã Maria de Nazaré;
- Centro Comunitário da Rua 2;
- Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião;
- Grupo de Break Consciente da Rocinha – GBCR;
- Instituto Reação;
- Núcleo de Responsabilidade Social da Acadêmicos da Rocinha – O Qualificar;
- PVCR- Pré Vestibular Comunitário da Rocinha;
- Rocinha Surfe Clube – ROSC;
- Studio de Arte Espaço Aberto;
- TV Tagarela

- União de Mulheres Pró-Melhoramento da Roupa Suja (UMPMRS);
- União Pró Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPMMR).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)¹⁹, também se faz presente na Rocinha, atendendo aos empreendedores e comerciantes locais. A Rocinha possui uma grande diversidade de comerciantes e empreendedores. A BPR funciona como base para o atendimento aos empreendedores e comerciantes da Rocinha.

No que tange ao acesso à equipamentos culturais, vê-se que os recursos e espaços não são na quantidade e na qualidade devidas, ainda falta muito, logo é normal ver os jovens da Rocinha usarem espaços culturais fora da favela. A BPR pode ser considerada uma forma de dar a esse jovem acesso a um espaço cultural próximo de sua casa, já que, no Rio de Janeiro, a maior parte dos espaços culturais ainda se encontram centralizados entre a região central e a zona sul carioca. (MARANHÃO, 2015, p. 21).

4.2 A BIBLIOTECA PARQUE DA ROCINHA

A BPR é o exemplo mais parecido com os das Bibliotecas Parque colombianas, e está inserida dentro de uma das maiores favelas do Brasil, a Rocinha, que virou bairro a partir de 1993. Assim como as outras, possui características arquitetônicas diferenciadas, sendo a única que está constituída em 5 andares em um prédio situado na principal via de acesso à favela e dentro da dela, localizada na Estrada da Gávea nº 454. Assim como as outras Bibliotecas Parque, tem um mobiliário e organização do acervo diferenciado das bibliotecas tradicionais e tem a intenção de atender a localidade em que está inserida, sendo seu principal público os moradores da Rocinha. O horário de funcionamento ao público que vai de 10:30h às 18:30h²⁰ de terça-feira a sábado, incluindo feriados.

¹⁹ <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>

²⁰ Horário de funcionamento até seu fechamento no fim de 2016.

Figura 4 – C4-Biblioteca Parque da Rocinha



Fonte: <http://www.cultura.rj.gov.br/fotos-espaco/biblioteca-parque-da-rocinha-c4#>

Segundo Maranhão (2015, p. 16) a instalação da BPR foi “[...] o resultado da mobilização de moradores da favela ligados ao meio cultural e de pessoas preocupadas com melhorias para a cidade do Rio de Janeiro [...]”. A autora ainda afirma que a BPR está inserida no processo de mobilização popular dentro das favelas do Rio de Janeiro, mesmo com a difícil e penosa relação da população das favelas com o Governo do Estado no decorrer dos anos. (MARANHÃO, 2015, p. 40).

Infere-se que a ideia de criação da BPR surgiu a partir da mobilização popular, principalmente de grupos de pessoas ligadas as lideranças da comunidade. Conforme Maranhão (2015, p. 46), o plano inicial era construir um centro de cultura, que se chamaria Centro de Convivência, Comunicação e Cultura (C4), a partir do título do fórum de mesmo nome, que fora realizado para discussão do assunto. O C4 seria construído onde ficam hoje os apartamentos do PAC na Rocinha e faria parte do Espaço Semente, que seria um ambiente que abrigaria moradores de regiões precárias de habitação na Rocinha com moradias temporárias, haveria uma horta orgânica e o C4.

Ainda segundo Maranhão (2015, p. 53), que discorre sobre a história da BPR,

O espaço cultural idealizado pelo grupo ocuparia um prédio de cinco andares, com cerca de 2.500 metros quadrados. Com ligação direta com o prédio de moradias (MTD) do Espaço Semente, por meio de rampas, para facilitar o acesso dos moradores aos cursos e atividades oferecidas, o C4 abrigaria em seu primeiro andar um teatro/cinema ou auditório, com um

restaurante-varanda, galeria de arte, espaço para exposições, bar e área de convivência. No segundo nível, haveria uma creche. O terceiro piso abrigaria um espaço de convivência com varanda coberta, três salas de aula, duas salas de eco-alfabetização, além de cantina. No quarto piso ficaria localizada a biblioteca, além de salas de aula. No terraço do C4 haveria um restaurante-escola e horta-jardim.

A partir da participação de grupos das lideranças da Rocinha surgiu a ideia do C4, que foi incorporada pelo governo ao Projeto de Bibliotecas Parque do Estado do Rio de Janeiro, minimizando, mesmo que ainda pouco, o problema de acesso à cultura e a informação da comunidade local.

É no contexto político e social de implantação das UPPs e do PAC que se inicia a história da Biblioteca Parque da Rocinha.

A BPR, corroborando com o que fora exposto sobre as bibliotecas parque, se apresenta da seguinte forma em sua página na internet²¹:

- A C4 - Biblioteca Parque da Rocinha é a terceira de uma rede que a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro vem implementando, com o objetivo de estruturar um novo patamar de atendimento às comunidades do estado.
- Inaugurada em junho de 2012, tendo como principais referências as bem-sucedidas experiências implementadas em Medellín e Bogotá, na Colômbia, é um espaço cultural e de convivência, com qualidade física, humana e de serviços.
- Com 1,6 mil metros quadrados, a Biblioteca Parque da Rocinha possui cinco andares, nos quais foram instalados uma DVDteca, um cineteatro, uma sala multiuso para cursos, estúdio de gravação e edição audiovisual, setor de internet comunitária [...].
- Baseada no conceito de que bibliotecas não devem ser somente espaços silenciosos, mas lugares que se aproximem de centros culturais, a Biblioteca Parque da Rocinha realiza atividades culturais e de promoção de leitura nos mais diversos suportes, visando estimular a produção, a fruição e a difusão das produções artísticas e, especialmente, a viabilização do acesso à cultura. (BIBLIOTECA PARQUE DA ROCINHA, 2012?).

A biblioteca foi inaugurada em 4 de junho de 2012 no segundo mandato da gestão do então governador Sérgio Cabral (2011-2014), a única Biblioteca Parque inaugurada com dois nomes: Centro de Convivência, Comunicação e Cultura (C4) e Biblioteca Parque da Rocinha, assim como afirma Maranhão (2015, p. 28).

A BPR conta com um acervo de aproximadamente 14 mil exemplares entre livros e DVDs. O acervo conta com as seções acessibilidade e Rocinha, com materiais em braile e libras e com obras sobre a comunidade, respectivamente e com acervo geral, composto de obras de variados temas. “A Biblioteca Parque da

²¹ <http://www.cultura.rj.gov.br/espaco/biblioteca-parque-da-rocinha-c4>

Rocinha é um projeto bem diverso dos demais e a BPERJ [atual BPE] é a única com uma coleção especificamente reunida em consonância com a comunidade a que serve” (SILVA, 20120). A biblioteca infantil está localizada dentro do acervo geral, diferente das outras Bibliotecas Parque em que a biblioteca infantil é separada do acervo geral. Ela conta com a participação e uso da própria comunidade ao seu redor e de usuários de outros lugares, como da favela do Vidigal, vizinha à Rocinha.

A biblioteca é composta por cinco andares. No andar de acesso fica a DVDteca, onde os usuários podem assistir filmes e usufruir do acervo de DVDs da biblioteca. O primeiro andar é composto pelo teatro. No segundo andar fica a internet livre, salas onde ocorrem os cursos, ocupações dos grupos culturais e sociais, algumas atividades, a administração e uma das varandas; O acervo, a biblioteca infantil e outra varanda ficam no terceiro andar. O quinto andar é constituído pelo Café Literário, que é um espaço para palestras, há uma ampla varanda e a cozinha industrial, onde ocorrem cursos de culinária, gastronomia, bolos, dentre outros.

Figura 5 – Biblioteca Parque da Rocinha: espaços



Fonte: <http://www.cultura.rj.gov.br/espaco/biblioteca-parque-da-rocinha-c4>

A BPR tem como característica a presença de vários parceiros e grupos culturais e sociais que prestam um serviço à comunidade local, realizando atividades para grupos determinados ou não e de variadas faixas etárias. Boa parte destes grupos são da própria Rocinha.

Os grupos e parceiros que utilizam a BPR em prol da comunidade, produzem conteúdo de interesse da população que frequenta a biblioteca, da sociedade de uma forma geral, pesquisadores e outras bibliotecas. Esses documentos podem fazer parte da memória da BPR, pode-se utilizar como exemplo uma peça de teatro produzida por algum grupo que esteja na biblioteca realizando atividades com a comunidade, como o Cia Semearte, isto seria interessante para a construção da memória deste lugar. A BPR funcionaria como guardiã da memória local da Rocinha. Além disso a Rocinha tem seus autores, que produzem desde livros à literatura cinzenta, como monografias, dissertações e teses, estes também são documentos que ajudam a formar a memória local e a BPR poderia funcionar como guardiã e disseminadora dessa memória da Rocinha.

A BPR é um local de memória, já que, arquivos, museus e bibliotecas, são citados por Nora (1993) como locais de memória. Ela produz memória institucional e teria a função de salvaguardar o registro de memória da região em que está inserida e sua própria produção documental, não permitindo que a memória local seja esquecida pela sociedade. Lembrando que a BPR tem a seção Rocinha com obras ligadas a esta comunidade, porém muito ainda é perdido e não salvo pela biblioteca, no que diz respeito a outros tipos documentais, o que pode fazer com que parte da memória local se perca, caso não se utilize um local de memória devido para sua guarda e disseminação.

A utilização de um modelo para a gestão e disseminação de conteúdo digital, produzido ou não pela BPR, pode ser uma forma de não se perder o conhecimento, ou deixá-lo solto na web, isto é, gerando acesso facilitado para a comunidade a documentos pertinentes à Rocinha. Assim a BPR faz seu papel de detentora e disseminadora da memória local, realizando uma das missões da biblioteca pública.

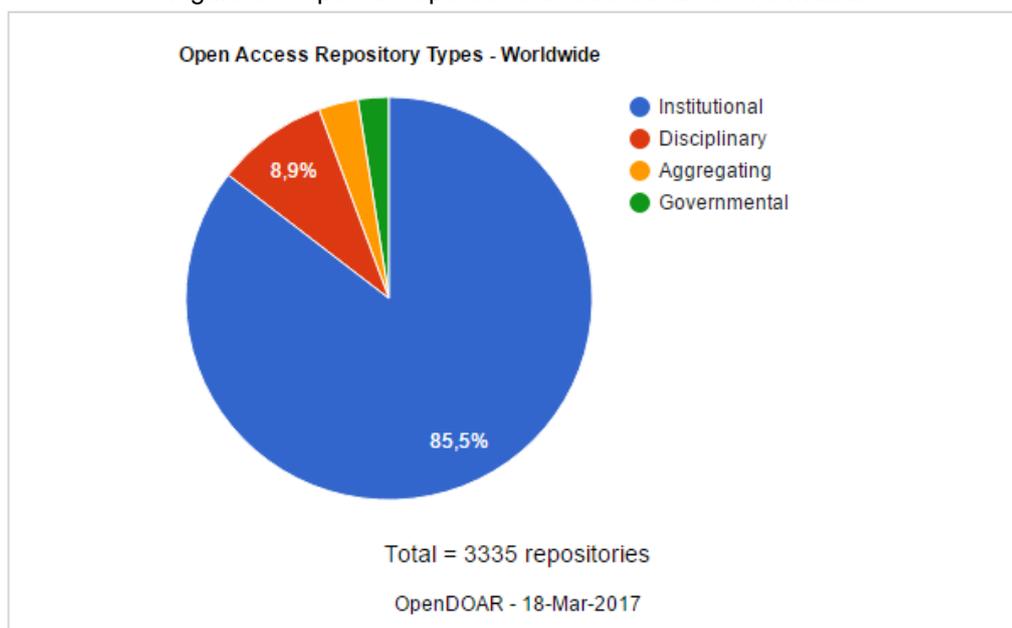
A proposta de ações para a apropriação tecnológica, por meio da utilização de um repositório digital pode ser útil para resolver estas questões. Para isto deve-se analisar todo o exposto sobre as ações de planejamento, considerando as políticas primordiais para a estruturação e apropriação de um repositório pela BPR.

5 A APROPRIAÇÃO DA TECNOLOGIA DE REPOSITÓRIOS POR BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL

O uso da tecnologia de repositórios por bibliotecas públicas não é algo comum, visto que os repositórios são utilizados para promover o acesso livre a literatura científica, logo as instituições que os concentram estão ligadas ao contexto científico.

A figura 6, retirada do site *OpenDoar*, mostra que o tipo de repositório mais frequente no mundo é o institucional, reforçando a ideia de disseminação da informação científica, como estratégia do acesso aberto verde. É válido ressaltar que o *OpenDoar* representa todos os repositórios cadastrados na plataforma pelos gestores de cada repositório.

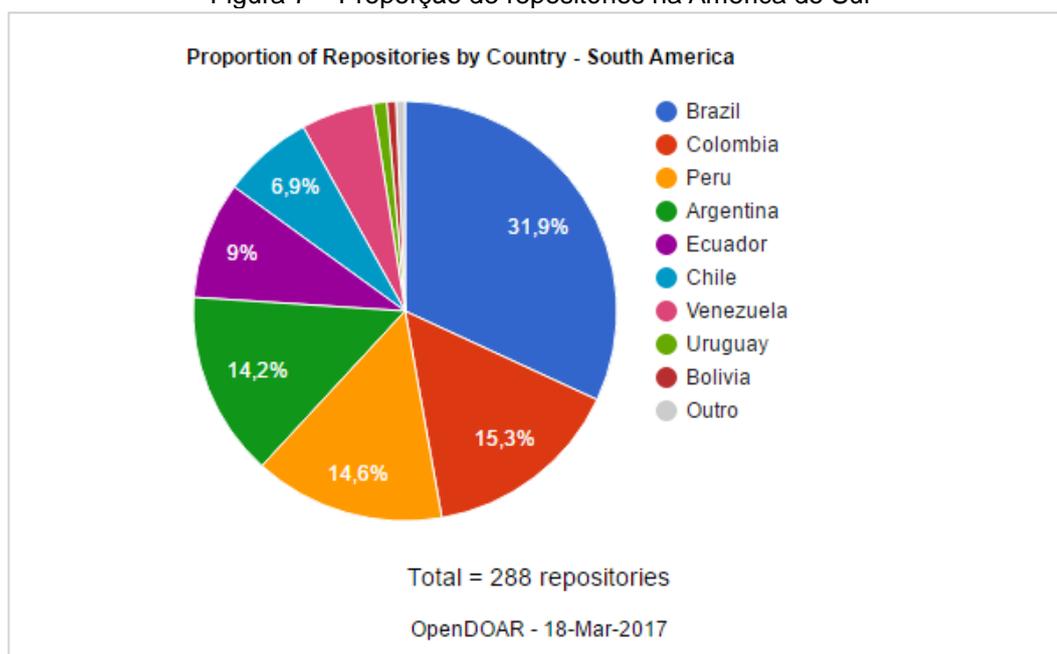
Figura 6 – Tipos de repositório de acesso aberto no mundo



Fonte: <http://www.opendoar.org>

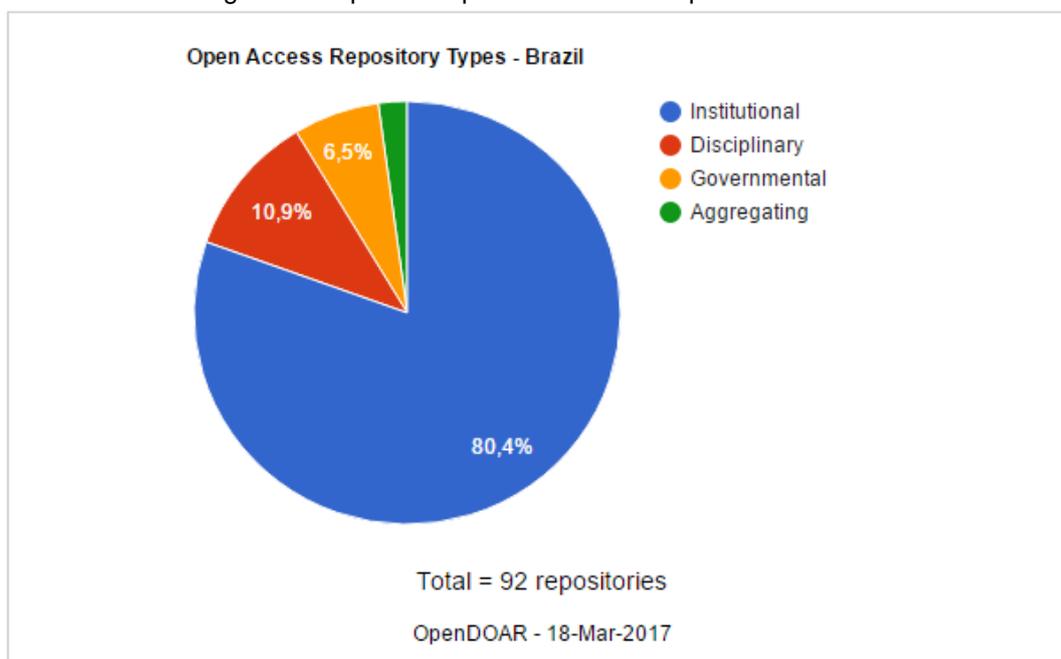
A figura 7, também retirada do *OpenDoar*, demonstra a utilização de repositórios por países na América do Sul, indicando o Brasil como país com o maior número de repositórios cadastrados na plataforma. Já a figura 8 apresenta que maior parte dos repositórios brasileiros são institucionais, o que caracteriza o uso da tecnologia como estratégia de acesso livre a informação científica.

Figura 7 – Proporção de repositórios na America do Sul



Fonte: <http://www.opendoar.org>

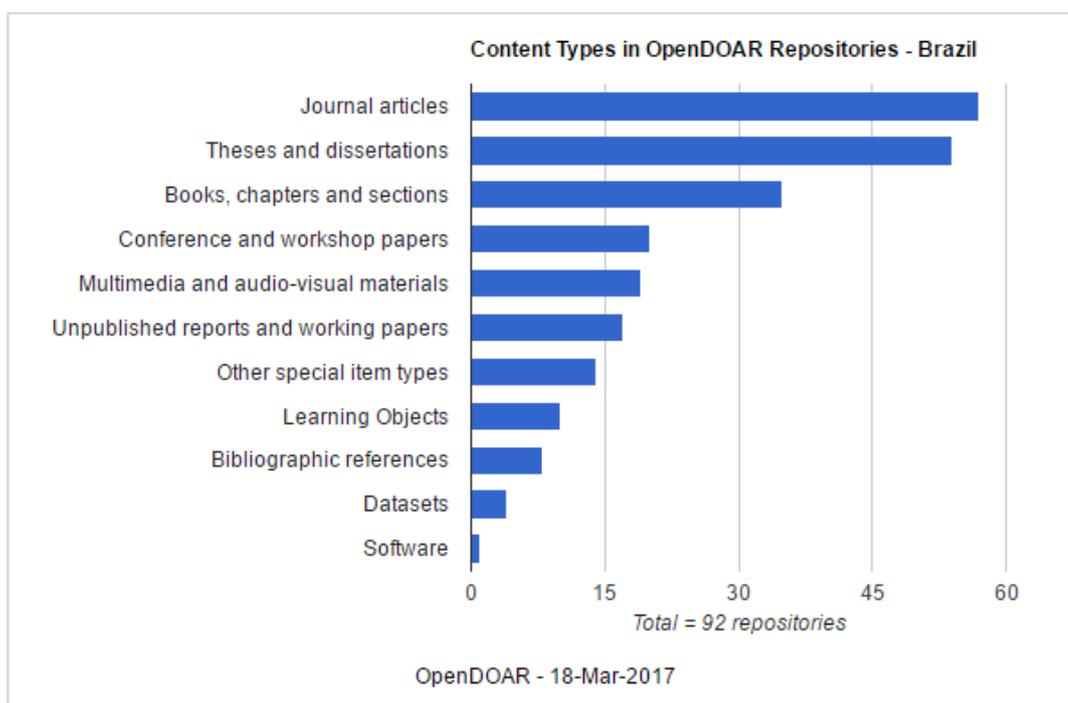
Figura 8 – Tipos de repositórios mais frequentes no Brasil



Fonte: <http://www.opendoar.org>

Ainda para efeito de informação, constatou-se os tipos de conteúdo mais frequentes nos repositórios brasileiros, o que se torna crucial para verificar os prováveis tipos de conteúdo em um repositório para a BPR. A figura 9 apresenta os tipos de conteúdo e mostra uma boa variedade.

Figura 9 – Tipos de conteúdo mais frequentes nos repositórios brasileiros



Fonte: <http://www.opendoar.org>

Considera-se importante a análise desses dados para verificar as possibilidades do uso da tecnologia de repositório pela BPR.

Ao analisar estes dados a busca por bibliotecas públicas que utilizem tecnologias ligadas a repositórios se torna inevitável. Após investigação sobre os serviços digitais oferecidos pelas bibliotecas públicas dos estados brasileiros, foram localizadas duas bibliotecas, nomeadas por elas como bibliotecas virtuais, que se apropriaram da tecnologia de repositórios para seu funcionamento. Foram identificadas a Biblioteca Virtual Consuelo Pondé e a Biblioteca Virtual do Natal.

Torna-se relevante verificar algumas variáveis como os softwares utilizados por elas, os tipos de conteúdo que contém, a utilização de comunidades e coleções para a organização do acervo, utilização de parcerias e acesso livre.

5.1 BIBLIOTECA VIRTUAL CONSUELO PONDÉ

A Biblioteca Virtual Consuelo Pondé faz parte do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado da Bahia da Fundação Pedro Calmon. Ela é especializada em história da Bahia.

Figura 10 – Biblioteca Consuelo Pondé



Fonte: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/index.php>

Ela tem um acervo composto por publicações digitais, obras em domínio público ou que foram devidamente autorizadas pelos autores para publicação e guarda, segundo a Lei dos Direitos Autorais, conta também com *links* e referência dos materiais utilizados na Web.

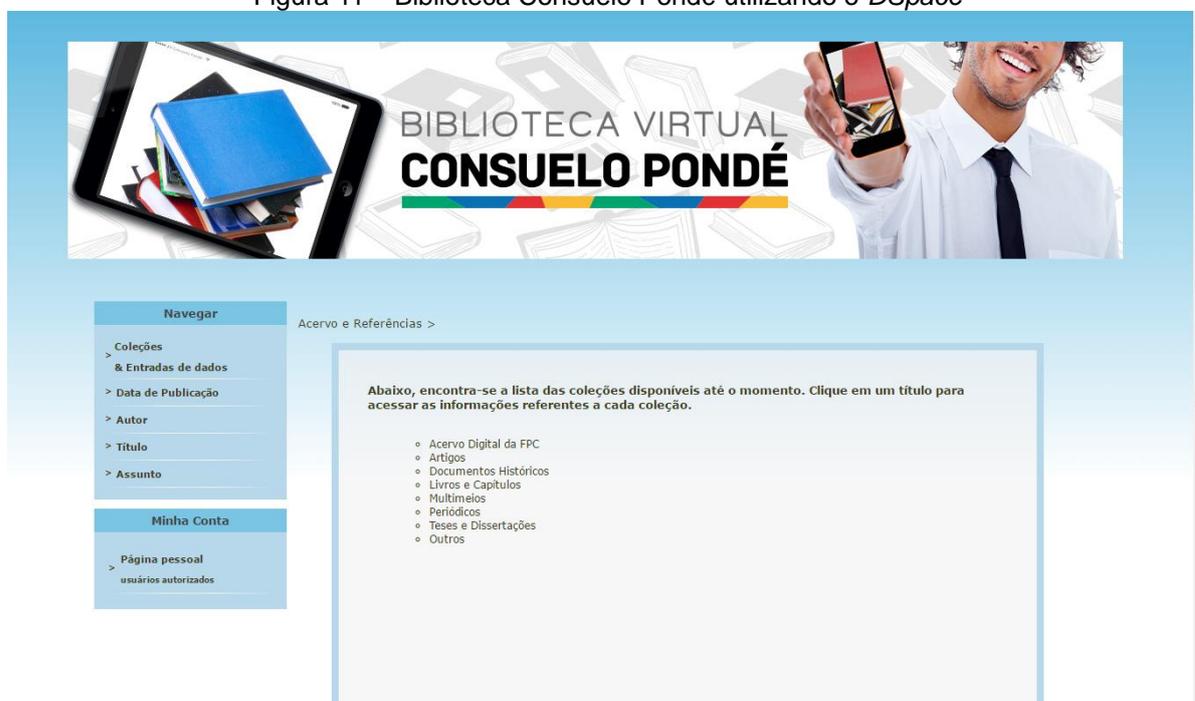
O objetivo principal da Biblioteca Virtual Consuelo Pondé é tornar acessível o conjunto de obras sobre a História da Bahia, ou obras que são fonte para a História, inovando ao se posicionar como uma biblioteca multimídia, hipertextual e interativa, bem como preservando e promovendo o acesso universal a fontes historiográficas referentes à nossa história. (BIBLIOTECA VIRTUAL CONSELLO PONDE).

Esta biblioteca utiliza o *software DSpace*, o mais utilizado por repositórios no mundo segundo o site *OpenDoar*, para seu funcionamento. Apresenta o acervo organizado em coleções, considerando as funcionalidades do *DSpace*, são elas:

- Acervo Digital da FPC;
- Artigos;
- Documentos Históricos;
- Livros e Capítulos;
- Multimeios;
- Periódicos;
- Teses e Dissertações;
- Outros.

Esta biblioteca apresenta diferentes tipos de conteúdo, como áudios, imagens e textos. Ela se considera uma biblioteca híbrida, por disponibilizar acesso a conteúdo para *download* e *links*. Oferece acesso livre a informação que contém.

Figura 11 – Biblioteca Consuelo Pondé utilizando o DSpace



Fonte: <http://200.187.16.144:8080/jspui/community-list>

Pela análise desta biblioteca constata-se a possibilidade de apropriação das tecnologias ligadas a repositórios pelas bibliotecas públicas. Considerando a afirmativa de Leite (2009), de que o repositório pode ser uma biblioteca digital, porém uma biblioteca não pode ser um repositório. É possível inferir que esta biblioteca se apropriou, conceitualmente, da tecnologia e ferramentas passíveis de um repositório e isto permite que ela utilize todas as possibilidades, como autoarquivamento e interoperabilidade pelo protocolo OAI-PMH, assim como a federação com repositórios, se for necessário.

5.2 BIBLIOTECA VIRTUAL DO NATAL

A Biblioteca Virtual do Natal – BVN é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Planejamento e parceiros como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Instituto Federal

de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN), Faculdade de Natal (FAL) e Faculdade de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte (FATERN). Ela tem como objetivo democratizar o acesso à informação produzida sobre a cidade de Natal e região metropolitana.

Figura 12 – Biblioteca Virtual do Natal – BVN

The image shows the homepage of the Biblioteca Virtual do Natal (BVN). At the top, there is a navigation bar with links for 'SEJA PARCEIRO', 'DISPONIBILIZE', 'NOTÍCIAS', 'EDITAIS', 'LINKS', 'DOWNLOADS', and 'FALE CONOSCO'. Above this bar are social media icons for Facebook and Twitter, and a menu with links to 'PREFEITURA', 'SECRETARIAS', 'IMPRENSA', and 'OUVIDORIA'. The main content area features a search bar with 'Buscar' and 'Avançado' buttons. Below the search bar is a section titled 'Publicações Recentes' with three columns of article titles. At the bottom, there is a 'Parceiros:' section with logos for various institutions and a footer with links: 'O QUE É?', 'QUEM É QUEM?', 'OBJETIVOS', and 'POLÍTICA DO ACERVO'.

Fonte: <http://www.natal.rn.gov.br/bvn/index.php>

Segundo informações do site desta biblioteca

A BVN reúne livros, dissertações, artigos, patentes, notícias, eventos, fotos, vídeos e áudios produzidos em institutos de pesquisa ou individualmente e os disponibiliza em arquivos virtuais de forma fácil e rápida. O acesso é livre e todos podem participar (a inserção dos documentos é moderada). As áreas temáticas são Políticas Públicas, Gestão Metropolitana e Cidades Interativas. (BIBLIOTECA VIRTUAL DO NATAL).

Percebe-se a variedade de conteúdo que ela abrange e que esta biblioteca tem tônicas dentro do tema principal, a cidade de Natal e região metropolitana. Essas tônicas, políticas públicas, gestão metropolitana e cidades interativas, são consideradas as coleções distribuídas na biblioteca. Fica evidente também os tipos de conteúdo e os autores que podem submeter conteúdo, permitindo a participação de todos.

Esta biblioteca possui características que as aproximam de um repositório, sendo a mais evidente a possibilidade de submissão à biblioteca. Isto evidencia que a BVN utiliza as possibilidades oferecidas pelas tecnologias utilizadas para repositório, mesmo não sendo um. A submissão pelo autor deve ser realizada pela aba “Disponibilize” e após o preenchimento de um formulário, com os metadados oferecidos, e a concessão dos direitos autorais, a obra é submetida para a BVN, uma vez que a submissão é mediada. A figura 13 apresenta o formulário de submissão.

Figura 13 – Submissão de conteúdo da BVN

The image shows a web browser interface for submitting content to the BVN. At the top, there is a navigation bar with the logo of Natal, RN, and links for 'PREFEITURA', 'SECRETARIAS', 'IMPRENSA', and 'OUVIDORIA'. Below this is a dark blue menu bar with options: 'SEJA PARCEIRO', 'DISPONIBILIZE', 'NOTÍCIAS', 'EDITAIS', 'LINKS', 'DOWNLOADS', and 'FALE CONOSCO'. The main content area is titled 'Preencha os dados necessários e disponibilize sua obra na BVN:'. It contains a form with the following fields and options:

- Nome completo: Campo obrigatório
- CPF: Campo obrigatório
- RG: Campo obrigatório
- Telefone: Campo obrigatório
- E-mail: Campo obrigatório
- Instituição de vínculo empregatício do autor: Campo obrigatório
- Grau de instrução: Campo obrigatório
- Tipo de material: Radio buttons for Monografia (selected), Dissertação, Tese, Artigo, Foto, Vídeo *, and Outro.
- Título da obra: Campo obrigatório
- Resumo (Máximo de 700 palavras): Text area
- Palavras-chave: Campo obrigatório
- Local: Campo obrigatório
- Data: Campo obrigatório
- Arquivo: Escolher arquivo (button) / Nenhum arquivo selecionado

Below the form is a section titled 'TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS'. It contains the following text:

O(s) CEDENTE(s), conforme formulário digital de identificação, firma e celebra com o **MUNICÍPIO DO NATAL**, doravante designado **CESSIONÁRIO**, neste ato representado pelo prefeito municipal o presente TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS mediante as cláusulas e condições abaixo discriminadas, que voluntariamente aceitam e outorgam:

O(s) CEDENTE(s) declara(m) possuir(em) a titularidade dos direitos autorais sobre a(s) OBRA(s). O termo OBRA, sempre que empregado

De acordo com os termos acima autorizo a Prefeitura Municipal do Natal, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Tecnologia da Informação - SEMPLA disponibilizar meu trabalho através do site www.natal.rn.gov.br/bvn sem ressarcimento dos direitos autorais.

Eu li e autorizo os termos acima.

Enviar (button)

* Os trabalhos em vídeo devem ser enviados no formato MPEG para Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Tecnologia da Informação - SEMPLA, Rua Dr. Ewerton Dantas Cortez, 1432, Tirol. CEP: 59020-620

At the bottom of the page, there is a dark blue bar with the text: 'O QUE É? QUEM É QUEM? OBJETIVOS POLÍTICA DO ACERVO'.

A BVN utiliza a nomenclatura de biblioteca virtual e foi possível identificar que se apropriou da tecnologia de repositório e de duas possibilidades na oferta de serviços. É notável verificar que ela não surge a partir de uma biblioteca tradicional, já nasce em meio digital. Ela pertence a um órgão público, assim como a BPR, mostrando ser possível o a apropriação da tecnologia de repositórios por bibliotecas públicas.

Constatou-se, na BVN, a utilização de parcerias para a constituição da biblioteca e seu funcionamento, o que permite um acervo heterogêneo e sempre em crescimento.

Esta biblioteca utiliza um software próprio baseado no acesso livre a informação, desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Planejamento.

Ao verificar a Biblioteca Virtual Consuelo Pondé e a BVN, percebeu-se que os dois exemplos contam com uma variedade de tipos de conteúdo em seu acervo, se valeram da organização do acervo em comunidades, como é disponibilizado por *software* como o DSpace, por exemplo, e se valem de parcerias para seu funcionamento. Além disso, as duas utilizam softwares baseados no acesso livre a informação, a Biblioteca Consuelo Pondé utiliza o DSpace e a BVN um software próprio com os mesmos princípios.

Para a apropriação da tecnologia de repositórios é necessário que se considere políticas para o povoamento, acesso, conteúdo, metadados e preservação no repositório, priorizando seu funcionamento.

6 PROPOSTA DE AÇÕES PARA O PLANEJAMENTO DO REPOSITÓRIO

A partir de todo conhecimento exposto sobre ações para o planejamento de um repositório, considerou-se de suma importância as definições das políticas para se apropriar desta tecnologia.

No caso do apoderamento da tecnologia de um repositório para uma biblioteca pública, as políticas se tornam fundamentais para propor a apropriação da tecnologia com o objetivo de verificar sua real necessidade e futuro funcionamento.

É importante frisar que as bibliotecas devem buscar a oferta de serviços informacionais de excelência, adaptando-se aos avanços tecnológicos que as cercam. Essas mudanças cobram das bibliotecas serviços além da guarda e disseminação de documentos. Logo, as bibliotecas devem oferecer serviços diferenciados, que atraiam seus usuários, de modo que não fechem suas portas, até mesmo quando as portas físicas estiverem fechadas. (RIBEIRO; FERREIRA, 2016, p. 13). Considera-se assim a relevância da apropriação de um repositório para uma biblioteca pública, neste caso para a BPR.

Logo, por serem ações de magnitude no planejamento de um repositório, as políticas tratadas na subseção 2.3.6, serão avaliadas como ações para o planejamento da tomada da tecnologia de repositório para a BPR.

6.1 AÇÕES PARA A POLÍTICA DE CONTEÚDO

A política de conteúdo trata dos tipos e formatos de objetos que serão depositados no repositório, assim como seu gerenciamento, quantidade e qualidade. Estas ações devem ser consideradas para a apropriação de um repositório pela BPR, uma vez que variados tipos e formatos de objetos são produzidos e podem ser depositados, como foi visto nos exemplos das bibliotecas que se apoderaram da tecnologia de repositórios.

- **Padronização dos formatos**

Entre os objetos produzidos pela BPR estão as fichas técnicas das ações desenvolvidas para incentivo à leitura e cultura, estas são produzidas seguindo um padrão de documento desenvolvido e utilizado pelo setor de acervo, porém o setor responsável pelas atividades educativas, também produz objeto semelhante, assim

se faz importante a padronização por todos os setores para que haja o depósito. Estas fichas devem ser produzidas em um determinado formato de texto. A padronização também é importante, já que estará disponível para usuários externos, assim julga-se significativo definir este formato, como utilizar por exemplo o formato *doc.* para texto. Deve-se levar em consideração a facilidade no acesso deste conteúdo, logo um formato mais acessível e que ofereça maior segurança pode ser utilizado, como o *pdf.*, considerando formato texto. Estes exemplos são para conteúdo de texto, mas a BPR tem uma variedade de conteúdos produzidos, seja por ela ou pelos grupos que a frequentam. São fotos, exposições, entrevistas, apresentações, textos como poesias, livros, teses e dissertações sobre a BPR ou a Rocinha (com depósito voluntário do autor), entre tantos outros. Logo faz-se necessário a definição dos formatos aceitos, além do *pdf.* para texto como por exemplo *jpg.* (para imagens), *mp3.* (para áudios) e *mp4* (para vídeos).

- **Tipos de conteúdos**

A partir da indicação de formatos para texto, imagem, áudio e vídeos, propõe-se a possibilidade de variados tipos de conteúdo para povoamento, após a apropriação da tecnologia de repositório. Logo podem ser submetidos tipos documentais diferentes, como vídeos produzidos, com peças teatrais, pelo grupo Cia Semearte, ou eventos na Rocinha do GBCR. Estes exemplos são utilizados, por possuir na *Internet* bastante conteúdo em formato de vídeo, principalmente no *YouTube*. O GBCR, por exemplo, possui vídeos ligados à sua memória, como o “Memória GBCR”, que expõe o início da formação do grupo ligado à Rocinha. Foram encontradas fotos com a temática ligada a Rocinha e com exposição na BPR, que podem ser propostas ao espaço criado após a apropriação tecnológica.

Fundamentado nisto, faz-se necessário permitir que a diversidade de conteúdo faça parte da submissão, uma vez que como biblioteca pública, a BPR deve abranger e disponibilizar variados objetos. Os formatos não podem ser esquecidos. Logo, como ação para esta política, deve-se considerar os formatos com maior facilidade de acesso e que considerem a preservação do objeto, porém devem ser formatos que não facilitem a modificação do objeto original, respeitando os direitos autorais.

Contudo, os conteúdos deverão ser depositados em conformidade como formatos como o *pdf.*, *jpg.*, *mp3.*, *mp4.* e passarão por verificação da equipe

responsável, para que não se povoe o espaço proposto após a apropriação tecnológica, com conteúdos impertinentes, e de forma que isto dificulte o acesso pelos usuários.

O depósito formal e a visibilidade dada às produções de conteúdos serão utilizados como estímulo aos autores para o depósito.

6.2 AÇÕES PARA A POLÍTICA DE ACESSO

A política de acesso irá determinar que tipos de acesso que cada usuário terá, se o acesso será livre ou restrito por exemplo. Isto vai depender do tipo de conteúdo que será depositado, porém, por se tratar da apropriação de uma tecnologia para formar um ambiente de memória à uma determinada comunidade ou local, como ação para a política de acesso, é ideal que todos possam acessar o conteúdo do ambiente gerado.

Esta ação também determinará quem pode realizar o depósito de conteúdo, isto é, quem poderá ter esse tipo de acesso. Além de estipular quem será o responsável pela segurança dos dados.

- **Acesso livre**

É relevante que o acesso seja livre, de forma que todos possam acessar e utilizar. O acesso restrito iria contra o princípio de acesso da biblioteca pública e pode não gerar visibilidade ao repositório. Porém, o acesso livre seria para a visualização e uso do conteúdo, permitindo *download* de acordo com os direitos autorais fornecidos pelo autor e com informações sobre o uso.

- **Acesso restrito**

O acesso restrito deve considerar a segurança dos dados e depósito do conteúdo, por conseguinte deve ficar a cargo da instituição, que deverá apontar o responsável dentro da equipe do repositório por esta função, uma vez que muitos responsáveis podem desestabilizar a segurança das informações contidas no repositório. O depósito de conteúdo é uma das ações principais, devendo ter um cuidado maior, pois dentro da política de acesso deverá se definir quem poderá depositar conteúdos e quem terá acesso aos metadados para o depósito. Assim é interessante que primeiramente se definam os líderes dos grupos que produzem

conteúdo, pois é uma alternativa que estes tenham este tipo de acesso, como também há os produtores independentes, assim seria interessante uma forma de cadastro para gerar este tipo de acesso, sempre concedido pelo responsável designado para a função.

Estas são ações que devem ser definidas pela equipe do repositório, sendo a responsável por gerir os acessos de todos os usuários.

6.3 AÇÕES PARA POLÍTICA DE SUBMISSÃO

A política de submissão tratará de forma direta sobre o povoamento do ambiente criado após a apropriação da tecnologia de repositório, talvez a ação que mereça mais atenção, porém não é independente das outras.

Esta ação aborda desde o início da submissão até a disponibilização do conteúdo, passando pelas etapas de catalogação, avaliação e revisão do metadados utilizados.

A submissão envolverá as possibilidades de autoarquivamento, submissão mediada ou direta, questões que necessitam de atenção para não gerar problemas com os metadados utilizados e com a confiabilidade da submissão.

- **Autoarquivamento**

O autoarquivamento deve ser utilizado, posto que facilita o trabalho da equipe responsável pelo ambiente informacional. Contudo, após a submissão, o conteúdo deve ser avaliado com o objetivo de analisar a confiabilidade do que é depositado e verificar os metadados utilizados. Deve estar em concordância com a política de acesso, pois nem todos terão a permissão de autoarquivar, este acesso deverá ser autorizado pela equipe responsável ou pelos responsáveis dos grupos que tenham este tipo de acesso. É elementar que haja um tutorial que auxilie os autores neste autoarquivamento, com o objetivo de instruir e conscientiza-los para que façam de forma correta, dado que isto gerará visibilidade ao ambiente informacional e ao trabalho realizado por eles. Isto evitará grandes problemas no povoamento do repositório.

- **Submissão mediada ou direta**

Esta submissão fica a cargo da equipe responsável pelo ambiente informacional. A princípio esta equipe faria o depósito dos objetos dispersos ou produzidos anteriormente a implantação da tecnologia apoderada pela biblioteca, porém ela é necessária para a submissão dos autores que não produzem conteúdo com certa constância, assim como para a submissão dos documentos produzidos pela própria biblioteca.

As ações para submissão devem ser seguidas de forma regular devido sua importância no povoamento do ambiente gerado pelo uso da tecnologia. A confiabilidade e boa visão deste ambiente dependerá de uma submissão que utilize corretamente os metadados oferecidos e que sejam incluídas as informações corretamente, logo se faz necessário, mesmo se valendo do autoarquivamento, a verificação dos depósitos realizados a fim de criar confiabilidade ao trabalho realizado pela BPR.

6.4 AÇÕES PARA A POLÍTICA DE METADADOS

O uso de um padrão tem grande relevância para a submissão dos objetos, por conseguinte a escolha dos metadados e a forma de preenchê-los permitirá a interoperabilidade e conseqüentemente facilitará uma futura federação entre repositórios. A implementação de um padrão de metadados que possibilite estes fatores é substancial para que os objetivos sejam atendidos, propõe-se então um padrão de metadados que seja mais utilizado, de fácil customização e que facilite a administração dos dados.

O preenchimento dos metadados deve constar no manual de submissão para que facilite o autoarquivamento. Pode-se utilizar o AACR2 como auxiliar no preenchimento dos metadados, de forma que se crie um padrão formalizado. As formas propostas para catalogação podem ser utilizadas, já que o AACR2 indica a entrada de vários tipos de formatos de documentos, a ideia é adaptá-la e utilizá-la em conformidade com as necessidades surgidas. A utilização das normas da ABNT também é importante para a criação de um padrão no preenchimento dos dados, um exemplo é a ABNT NBR 6023 para a confecção de referências e que facilita a citação dos objetos depositados, no caso de pesquisas acadêmicas.

A escolha de um padrão de metadados é determinada também pela escolha do *software* do repositório, uma vez que diferentes *softwares* podem utilizar

diferentes padrões. Partindo disso aparece como sugestão o padrão *DublinCore*, já citado anteriormente como o mais simples e utilizado, o que facilita a pesquisa sobre seu funcionamento, implantação e uso. A partir disso alguns *softwares* utilizados por repositório começam a surgir como os que utilizam este padrão de metadados, um exemplo é o *DSpace*, como o mais empregado entre as instituições no mundo.

Uma das funções dos metadados é a preservação dos dados, dependendo também de ações de preservação para que complementem sua função.

6.5 AÇÕES PARA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

Esta política vai ao encontro de um dos objetivos dos repositórios, que é realizar a preservação a longo prazo, e assim como as outras políticas é de extrema importância no planejamento para a apropriação da tecnologia de um repositório para a BPR.

Nesta ação deve-se levar em consideração o avanço tecnológico, portanto a utilização de tecnologias que tenham atualizações constantes, de baixo custo, ou de preferência sem custo e de fácil acesso deve ser levada em conta. Assim como o uso de tecnologias que permitam o acesso a longo prazo e a segurança da informação.

É importante o uso de estratégias para garantir a preservação e acesso a longo prazo da informação, se faz necessário seguir as orientações de Ferreira (2006, p. 71), Weitzel e Mesquita (2015, p. 186), citadas anteriormente, se valendo da preservação tecnológica, da migração, da emulação, do uso de estrutura de metadados, identificadores persistentes, redes de distribuição de preservação digital, estratégias de *backup* e ponderar os formatos dos objetos que povoarão o repositório. Os formatos dos objetos, inseridos nas ações para a política de conteúdo, poderão direcionar a política de preservação.

6.6 AÇÕES PARA POLÍTICA DE DIREITOS AUTORAIS

Os direitos autorais se fazem necessários para o controle dos conteúdos depositados, e determinarão seu acesso e uso. É interessante que a instituição tenha os direitos dos conteúdos depositados no repositório, isto geraria confiabilidade de uso e facilidade no acesso.

Tipos de licenças flexíveis devem ser priorizadas, pois facilitam até mesmo a preservação digital. Licenças como o *Creative Commons* que permitem publicar e disponibilizar conteúdos digitais, copiar, modificar, compor e ampliar o conteúdo são interessantes para dar a este tipo de ambiente uma interatividade com o usuário, permitindo que sejam mantidos os direitos aos autores dos conteúdos sob determinadas condições, todo conteúdo deve ser citado caso seja utilizado. As licenças *Creative Commons* são encontradas no site <https://br.creativecommons.org/licencas/>:

Licenças <i>Creative Commons</i>		
Nome da Licença	Ícone	Permissão
Atribuição – CC BY:	 BY	Permite a distribuição, edição, adaptação e criação a partir do objeto, mesmo que para fins comerciais, desde que seja atribuído o devido crédito ao autor. É a mais flexível. Recomendada para maximizar a disseminação e uso do conteúdo disponível.
Atribuição – Compartilha Igual CC BY-SA	 BY  SA	Permite a distribuição, edição, adaptação e criação a partir do conteúdo, mesmo que para fins comerciais, desde que seja atribuído o devido crédito ao autor e que licenciem o que for criado sob os mesmos termos. Recomendada para objetos que sejam beneficiados com a integração de conteúdos, por exemplo da Wikipédia.
Atribuição – Sem Derivações CC BY- ND	 BY  ND	Permite a distribuição, mesmo que comercial, desde que o objeto seja distribuído inalterado e no todo, com o devido crédito ao autor.
Atribuição – Não Comercial CC BY-NC	 BY  NC	Permite a edição, adaptação e criação a partir de um objeto para fins não comerciais . Deve-se atribuir o crédito ao autor, porém os objetos criados a partir do original não precisam estar sob a mesma licença.
Atribuição – Não Comercial- Compartilha Igual CC BY- NC-SA	 BY  NC  SA	Permite a edição, adaptação e criação a partir de um objeto para fins não comerciais . Deve-se atribuir o crédito ao autor e licenciar o objeto criado sob as mesmas condições.

Atribuição – Sem Derivações – Sem Derivados CC BY-NC-ND	 BY NC ND	Permite o <i>download</i> e compartilhamento, desde que seja dado crédito ao autor, porém não permite alteração e utilização para fins comerciais. É a licença mais restritiva.
---	--	---

A questão de direitos autorais é complexa, logo é primordial que haja alguns tipos de licenças disponíveis após a apropriação tecnológica para os variados tipos de objetos, assim se faz necessária a autorização do autor no momento da submissão do objeto digital.

Ao considerar as ações propostas de forma a encaixar todas as situações no escopo da BPR, é possível que possa se iniciar um planejamento para a apropriação da tecnologia de repositório por esta biblioteca.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi propor a apropriação da tecnologia de repositório pelas bibliotecas públicas, utilizando a BPR como campo empírico para isto. Verificou-se que a apropriação tecnológica é possível, porém deve-se considerar as características dessa tecnologia e das bibliotecas públicas e alinhar ao que se pretende pela instituição.

Ao analisar as possibilidades de uso da tecnologia de repositório pela BPR, constatou-se que o povoamento e a forma de gestão desta tecnologia são cruciais, tornando primário o planejamento de forma que atenda às características dessa biblioteca.

Para o cumprimento do objetivo geral desta pesquisa foram necessárias as análises sobre os repositórios, seu tipos e políticas consideradas fundamentais ao seu planejamento. Apoiado nas definições e elucidações expostas no referencial teórico, pôde-se aderir o estudo à proposta, cumprindo o objetivo geral. A partir disso, percebeu-se que as políticas são pilares no planejamento de um repositório, assim seus conceitos, evidenciados na subseção *Políticas para o planejamento do repositório*, foram primordiais para propor ações possíveis à apropriação de repositório pela a BPR. Os conceitos de interoperabilidade e federação de repositórios, foram valiosos para entender que a implantação de um repositório vai além do uso pelo público local, podendo ir além da facilidade de disseminação do conteúdo do repositório, uma vez que auxilia na formação do acervo e identidade do repositório, isto foi expressado na subseção *Interoperabilidade e Federação de repositórios*.

O entendimento sobre as bibliotecas públicas foi valioso, pois pode-se verificar o seu conceito e como se encaixa a BPR como instituição dentro da comunidade que atende, observando suas características próprias. O diálogo entre os autores e a pesquisa sobre a criação da BPR, na subseção *A Biblioteca Parque Da Rocinha*, e as informações expostas na seção *Bibliotecas Parque: modelo no Estado do Rio de Janeiro*, trouxeram à luz os ideais das bibliotecas parque e suas características, que se alteram conforme a região em que se encontram, fazendo delas verdadeiros locais de memória de suas regiões. Isto ajudou a entender como seriam as ações para a tomada da tecnologia de repositório pela BPR.

O estudo sobre os tipos de conteúdo que poderiam povoar um ambiente criado após a posse de uma tecnologia de repositório pela BPR estava dentro dos objetivos específicos, eles foram verificados nas ações para a política de conteúdo, uma vez que incluem diversos formatos produzidos por grupos que frequentam a BPR. Este estudo constatou que diversos conteúdos estão dispersos na internet, o uso da tecnologia de repositório poderia organizá-los e disseminá-los de forma a dar visibilidade aos grupos e à BPR enquanto instituição.

A partir das noções que trouxeram o *Referencial teórico*, notou-se que planejar faz com que o ambiente criado, após o apoderamento de um repositório, além de melhor estruturado, ganhe mais força, visibilidade e oferte novos serviços para os usuários da BPR. As possibilidades que o uso de um repositório pela BPR pode trazer são enormes, além de suas características, os colocando na frente de bibliotecas digitais, como explicam as subseções 2.2 e 2.3.

Deduziu-se que as bibliotecas públicas necessitam se aliar ao uso de novas tecnologias, não só disponibilizando computadores a seus usuários, mas propondo novos serviços e novas formas de se olhar para elas. Isto pode torná-las verdadeiros locais de memória para a região onde estão inseridas, com a capacidade de auxiliar na formação de uma identidade daquela região.

O uso de tecnologias como os repositórios pelas bibliotecas públicas pode propiciar possibilidades de melhor comunicação entre elas, criação de conhecimento e conceber força a elas. Uma federação entre futuros ambientes, criados pelo uso da tecnologia de repositórios, dessas bibliotecas pode consolidar as bibliotecas públicas com instituições de grande valor para a sociedade, uma vez que as bibliotecas públicas sofrem com o descaso político e falta de investimento. As Bibliotecas Parque do Estado do Rio de Janeiro são exemplos, com somente a BPN funcionando e as outras fechadas desde dezembro de 2016. O uso da tecnologia de repositórios seria uma forma de não as manter fechadas ao público, desde que formem parcerias, como nos casos da Biblioteca Consuelo Pondé e a BVN, o que pode garantir o funcionamento no ambiente digital.

Espera-se contribuir para discussões futuras sobre o uso de repositórios, novos tipos que possam surgir e políticas para seu planejamento. Há a expectativa que ocorram debates sobre o uso de novas tecnologias pelas bibliotecas públicas, que ofereçam novos serviços e tenham cada vez mais espaço no campo científico com sua defesa para o uso da sociedade, não ocorrendo fechamentos em

decorrência de falta de planejamento político. É notável a percepção que nesta pesquisa o foco foi o uso diferenciado da tecnologia de repositório através de planejamento, contudo a inclusão das bibliotecas públicas em pesquisas sobre o uso de novas tecnologias deve continuar, pois o contexto científico, cultural e social devem ser aliados para a formação de uma sociedade modelo.

REFERÊNCIAS

ALAUZO, Jorge Luiz Cativo; SILVA, Danielle Lima; FERNANDES, Tatiana Brandão. Funcionalidades de um software livre de automação de bibliotecas: uma avaliação do Biblivre. **RACIn**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 23-43, jul.- dez. 2014. Disponível em: <http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v2_n2/racin_v2_n2_artigo02.pdf>. Acesso em 24 jan. 2017.

ALVES, V. B. A. Open archives: via verde ou via dourada?. **Ponto de Acesso**, v. 2, n. 2, p. 127-137, 2008. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/5119>>. Acesso em: 04 fev. 2017.

ANDRADE, Morgana Carneiro; OLIVEIRA, Elis Silva de. Interoperabilidade entre os repositórios institucionais brasileiros: uma análise preliminar. In. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA IFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3785/2908>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

ARAYA, Elizabeth Roxana Mass; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório. **Criação, proteção e uso legal de informação em ambientes Wor Wid Web**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/fdx3q/pdf/araya-9788579831157.pdf> >. Acesso em: 12 jun. 2013.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. 200 anos da Primeira Biblioteca Pública do Brasil: considerações histórico-biblioteconômicas acerca dessa efeméride. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.17, n.2, p.2-25 abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000011801&dd1=64800>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

BAZILIO, Ana Paula Matos. **Mediação, leitura e inclusão social**: um caminho para ação cultural na biblioteca pública – o caso das Bibliotecas Parque. 2014, 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.uff.br/jspui/handle/1/1532>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

_____; NÓBREGA, Nanci Gonçalves da. Mediação, leitura, inclusão social e ação cultural: o caso das bibliotecas parques. In. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA IFORMAÇÃO, 15., 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 1164-1180. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt3> >. Acesso em: 18 jun. 2015.

BIBLIOTECA Parque da Rocinha – C4: apresentação, [2012?]. Disponível em: <<http://www.cultura.rj.gov.br/apresentacao-espaco/biblioteca-parque-da-rocinha-c4>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

BIBLIOTECA pública: princípios e diretrizes. 2. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

BRETTAS, Aline Pinheiro. A biblioteca pública: um papel determinado e determinante na sociedade. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 1, n.2, p.101-118, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000010116&dd1=2d070>>. Acesso em: 3 set. 2015.

BIRTTO, Luiz Percival Leme. A biblioteca nos tempos e espaços digitais: novos e antigos desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.19, número especial, p.7-17, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2276>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

CAFÉ, Lúgia et al. Repositórios institucionais: nava estratégia para publicação científica na Rede. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: INTERCOM, 2003. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_ENDOCOM_TRABALHO_cafe.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2013.

CAMARGO, Liriane S. A. de.; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório. Arquitetura da informação para repositórios digitais. In: SAYÃO, Luis Fernando et al (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/473>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

CORTE, Adelaide Ramos et al. Automação de bibliotecas e centros de documentação: o processo de avaliação e seleção de softwares. **Ci. Inf.**, Brasília, 1999, v. 28, n. 3, p. 241-256. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000300002>. Acesso em: 24 jan. 2017.

CASTRO, Cristiane Yanase Hirabara de. Repositórios institucionais confiáveis: repositório institucional como ferramenta para a preservação digital. In: SAYÃO, Luis Fernando et al (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/473>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

CHALHUB, T.; BENCHIMOL, A.; GUERRA, C. B. Open access via repositories: policies of brazilian institutions. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 17, n. esp.2, p. 159-173. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/12582>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

CÔRBO, Priscila de Assunção Barreto; CARDOSO, Tatyana Marques de Macedo. política institucional de informação no Colégio Pedro II: diretrizes para a implantação de repositório institucional. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19., 2016, Manaus. **Anais eletrônicos...** Manaus: UFAM, 2016.

Disponível em: <<http://periodicos.ufam.edu.br/anaissnbu/article/view/3261>>. Acesso em: 19/07/2017.

COSTA, Marco Antonio F. da Costa; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da Costa. **Metodologia da pesquisa: conceitos e técnicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2009.

COSTA, Michelli Pereira da. **Características e contribuições da via verde para o acesso aberto à informação científica na América Latina**. 2014. 226 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/15687>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____; LEITE, Fernando. Repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica da América Latina. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16, 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2663/1139>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

COSTA, Sely Maria de Souza; LEITE, Fernando César Lima. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, Luis Fernando et al (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/473>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

FACHIN, Gleisy Regina Bories et al. Gestão do conhecimento e a visão cognitiva dos repositórios institucionais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 220-236, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000006565&dd1=f121c>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

FARIAS, Gabriela Belmont de; et. al. Repositório institucional: potencializando a visibilidade da produção científica do centro de humanidades da UFC. In: FÓRUM NACIONAL DE REPOSITÓRIOS DIGITAIS, 1., 2016, Natal. **Anais...** Natal, UFRN, 2016. p. 59-74. Disponível em: <<http://bczm.ufrn.br/forumrd/index.php/repositoriosdigitais/index>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos**. Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. [Consult. 24 Nov. 2006]. Disponível em <<http://hdl.handle.net/1822/5820>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. Repositório institucional em comunicação: o projeto REPOSCOM implementado junto à federação de bibliotecas digitais em Ciências da Comunicação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, p. 77-94, jan. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12nesp1p77>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. **Censo domiciliar**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.emop.rj.gov.br/wp-content/uploads/2014/06/CENSO-DOMICILIAR-ROCIHA.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

GOMES, Maria João; ROSA, Flávia (Orgs.). **Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento**. Salvador: Edufba, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/616>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

GUIMARÃES, Maria Cristina Soares; SILVA, Cícera Henrique da; NORONHA, Ilma Hortsth. Los repositorios temáticos en la estrategia de la iniciativa Open Access. **Nutrición Hospitalaria**, Madrid, v. 27, suplemento 2, p.34-40, Nov. 2012. Disponível em: <http://scielo.isciii.es/scielo.php?pid=S0212-16112012000800005&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 jun. 2015.

IFLA. UNESCO. Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas. 1994. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em 17 jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Glossário**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://dspace.ibict.br/index.php?option=com_content&task=view&id=43&Itemid=77>. Acesso em: 13 dez. 2012.

JAMBEIRO, Othon et al. Comunicação científica: estudo de caso sobre uma política de acesso aberto para produção acadêmica. **Perspectivas em Gestão e Conhecimento**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 143-155, jul.dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/14362>>. Acesso em: 29 nov. 2012.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**, Brasília, DF: Ibict, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/4841>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

_____; et al. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: IBICT, 2012.

LIMA, Gercina Ângela Borém. Softwares para automação de bibliotecas e centros de documentação na literatura brasileira até 1998. **Ci. Inf.**, Brasília, 1999, v. 28, n. 3, p. 310-321. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000300009>. Acesso em: 24 jan. 2017.

LOUREIRO, Mônica de F.; JANNUZZI, Paulo de Martino. Profissional da informação: um conceito em construção. **Transinformação**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 123-151, maio/ago. 2005.

MARANHÃO, Júlia de Brito Ponce. **Biblioteca parque da rocinha: cotidiano, cultura e cidadania num equipamento cultural carioca**. 2015, 138 f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro,

2015. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13703>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

MARQUES, Clediane de Araújo Guedes; VECHIATTO, Fernando Luiz. Arquitetura da informação em repositórios digitais: análise do repositório institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. In: FÓRUM NACIONAL DE REPOSITÓRIOS DIGITAIS, 1., 2016, Natal. **Anais...** Natal, UFRN, 2016. p. 214-235. Disponível em: <<http://bczm.ufrn.br/forumrd/index.php/repositoriosdigitais/index>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

MARRA, P. C. S. C. O papel das bibliotecas universitárias na comunicação científica: um estudo sobre os repositórios institucionais. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 17, n. esp.2, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17nesp2p174/23563>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

MEDEIROS. Ana Lígia Silva; OLINTO, Gilda. Bibliotecas públicas e o futuro: as bibliotecas estaduais brasileiras na era da internet. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3789/2912>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

MEDEIROS, Simone Assis; FERREIRA, Patrícia Aparecida. Política pública de acesso aberto à produção científica: um estudo sobre a implementação de repositórios institucionais em instituições de ensino superior. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 195-297, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/16213>>. Acesso em: 20 set. 2016.

MILANESE, Luís. Biblioteca pública: do século XIX para o XXI. **Revista USP**, São Paulo, n. 97, p. 59-70, mar./abr./maio, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/61685>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, jul./dez. 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 14 set. 2015.

NUNES, Renato Reis; MARCONDES, Carlos Henrique; WEITZEL, Simone da Rocha. Diretrizes para formulação de políticas mandatórias para consolidação dos repositórios institucionais brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/1782>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

OPEN SOCIETY INSTITUTE. **A guide to institutional repository software**. 3. ed. New York: [s. n.], 2004. Disponível em:

<<http://www.opensocietyfoundations.org/openaccess/resources/guide-to-institutional-repository-software>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

PAIVA, M. R. R.; GIANNASI-KAIMEN, M. J. Proposta de uma política de informação para a implementação de um repositório temático institucional em moda e design da Universidade Estadual de Maringá. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: UNB, 2011. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000011189/cb261da7a23d7fd5ec36d508f477c09b>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

PARANGABA, Cristiane Rozeno. Catálogo de dados dos trabalhos científicos de gestão ambiental e saúde da escola nacional de saúde pública sérgio arouca (ensp/fiocruz): proposta. In: fórum nacional de repositórios digitais, 1., 2016, Natal. **Anais...** Natal, UFRN, 2016. p. 316-336. Disponível em: <<http://bczm.ufrn.br/forumrd/index.php/repositoriosdigitais/index>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

PIRES, Daniela. Uso do Dublin Core na descrição de Obras Raras na Web: a coleção da Biblioteca Brasileira Digital. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/109276879/Uso-do-Dublin-Core-na-descricao-de-obras-raras-na-web-a-colecao-da-Biblioteca-Brasiliiana-Digital>> Acesso em: 12 dez. 2016.

RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves. **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília (DF): Ipea, 2016. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29215&Itemid=419>. Acesso em: 1 fev. 2017.

RODRIGUES, Alessandra Pereira et al. A interoperação com repositórios digitais: protocolos e exemplos. **Ciência da Informação**., Brasília, DF, v. 40 n. 3, p.349-363, set./dez., 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1294>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

RODRIGUES, Anielma Maria Marques; PRUDÊNCIO, Ricardo Bastos Cavalcante. Automação: a inserção da biblioteca na tecnologia da informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 5, n. 1/2, p. 0-0, 2009. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/9207>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

RODRIGUES, M. E. P.; RODRIGUES, A. M. M. N. Avaliação da eficácia da “política mandatária” em repositórios: um estudo de caso no instituto politécnico de castelo branco – portugal. **AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento**, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/17371>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

ROSA, Flávia; MEIRELLES, Rodrigo França; PALACIOS, Marcos. Repositório institucional da Universidade Federal da Bahia: implantação e acompanhamento. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 129-141, jan./abr. 2011. Disponível em:

<<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000010202&dd1=9a7a8>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

RUFINO, F. M.; SILVA, M. R. B. A web 2.0 na informatização de bibliotecas: um estudo propositivo. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 10, n. 2, 2016. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/21536>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

SANCHEZ, Fernanda Alves; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório; VECHIATO, Fernando Luiz. A contribuição da curadoria digital em repositórios digitais. In: FÓRUM NACIONAL DE REPOSITÓRIOS DIGITAIS, 1., 2016, Natal. **Anais...** Natal, UFRN, 2016. p. 265-282. Disponível em: <<http://bczm.ufrn.br/forumrd/index.php/repositoriosdigitais/index>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

SAYÃO, Luis Fernando et al (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/473> >. Acesso em: 21 dez. 2012.

_____. Interoperabilidade das bibliotecas digitais: o papel dos sistemas de identificadores persistentes - URN, PURL, DOI, Handle System, CrossRef e OpenURL. **Transinformação**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 65-82, jan./abr. 2007. Disponível em:

<<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000000459&dd1=0f0ae>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. Padrões para bibliotecas digitais abertas e interoperáveis. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 12, n. esp., p. 18-47, 1º sem. 2007. Disponível em:

<<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000004486&dd1=d3cb5>>. Acesso em: 1 abr. 2016.

_____. Afinal o que é biblioteca digital? **Revista USP**, São Paulo, n.80, p. 6-17, dez./fev. 2009. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13709/15527>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

_____; MARCONDES, Carlos Henrique. **Software livres para repositórios institucionais**: alguns subsídios para a seleção. In: SAYÃO, Luis Fernando et al (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/473> >. Acesso em: 21 dez. 2012.

_____; _____. O desafio da interoperabilidade e as novas perspectivas para as bibliotecas digitais. **Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 133-148, maio/ago. 2008. Disponível em:

<<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000000484&dd1=e422a>>. Acesso em: 4 maio 2015.

SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema. **R. Esc. Bibliotecon.** UFMG, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 141-161, set. 1975.

SHINTAKU, Milton; MEIRELLES, Rodrigo. **Manual do DSpace**: administração de repositórios. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/769>>. Acesso em: 13 out. 2011.

SILVA, Aline Gonçalves da. **A biblioteca pública como fator de inclusão social e digital**: um estudo da Biblioteca Parque de Manguinhos. 2012, 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/767>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Márcia Cabral da. **Leitura, pesquisa e ensino**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

SOUSA, Beatriz Alves. Proposta de Criação de um Repositório Institucional para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. **RBBD. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 66-84, ago. 2012. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/196>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

SOUTO, Leonardo Fernandes (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento**: práticas e reflexões. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

SOUZA, Edivanio Duarte de; DIAS, Eduardo José Wense; NASSIF, Mônica Erichsen. A Gestão da Informação e do Conhecimento na Ciência da Informação: Perspectivas Teóricas e Práticas Organizacionais. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 55-70, 2011. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000010204&dd1=2415b>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da informação**, Brasília (DF), v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a07v29n2.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

TARAPANOFF, Kira; FERREIRA, José Rincon. Aprendizado organizacional: panorama da educação corporativa n contexto internacional. In: TARAPANOFF, Kira (Org.). **Inteligência, informação e conhecimento**. Brasília, DF: IBICT, UNESCO, 2006. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/465/1/Inteligencia,%20informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20conhecimento.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2013.

TOMAÉL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA,

2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5—142.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

TORACI, V.; SALCEDO, D. A. Cenário mundial de políticas públicas de acesso livre: mapeamento e análise ? world panorama of public policies on free access: mapping and analysis. **Liinc em revista**, v. 10, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/22759>>. Acesso em: 19 fev. 2017.

TRINDADE, Alessandra Stefane Cândido Elias da; SILVA, Judson Daniel Oliveira da. Apreciação comparativa dos repositórios institucionais das instituições federais de ensino superior atuantes na cidade do natal: políticas, povoamento, estruturação. In: FÓRUM NACIONAL DE REPOSITÓRIOS DIGITAIS, 1., 2016, Natal. **Anais... Natal**, UFRN, 2016. p. 75-98. Disponível em: <<http://bczm.ufrn.br/forumrd/index.php/repositoriosdigitais/index>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

VIANA, Cassandra Lúcia de Maya; MÁRDERO ARELLANO, Miguel Angel. Repositórios institucionais baseados em DSpace e Eprints e sua visibilidade nas instituições acadêmico-científicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITARIAS, 14., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/8834/>>. Acesso em: 11 jan. 2013.

WEITZEL, Simone da Rocha. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Em questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 51-71, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000004195&dd1=c3950> >. Acesso em: 8 dez. 2009.

_____. Tendências para adoção e uso de repositórios digitais: estudo de caso da área das ciências da comunicação no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2006. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiienancib/zpaper/viewFile/2955/2082>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

_____; MESQUITA, M. A. A. Preservação digital em repositórios institucionais: práticas na região sudeste do brasil. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 181-196, maio 2015. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/17244>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

APÊNDICE A – Seleção de 10 vídeos mais vistos do Grupo Cia Semearte em canais no YouTube

- CIA Semearte Apresentação na Escola Camilo Castelo Branco – <https://www.youtube.com/watch?v=d90AOgxqzgl;>
- CIA Semearte Apresentação na Escola Camilo Castelo Branco – <https://www.youtube.com/watch?v=mCvjHJzgWrs;>
- CIA Semearte Apresentação na Escola Camilo Castelo Branco – <https://www.youtube.com/watch?v=1aKWxyHD1Ys;>
- CIA Semearte Apresentação na Escola Camilo Castelo Branco – <https://www.youtube.com/watch?v=ecolad41szY;>
- "Liberte-me" Cena apresentada por CIA Semearte – <https://www.youtube.com/watch?v=FcX2pHtxOoU;>
- CIA Semearte Coreografias - Coreografia Jefferson Messias – <https://www.youtube.com/watch?v=tNgvYJEEscM;>
- CIA Semearte Coreografias - Coreografia Evelyn Vital – https://www.youtube.com/watch?v=IDteJC_PPoQ;
- CIA Semearte Coreografias - Coreografia Patrícia Silva – <https://www.youtube.com/watch?v=Bo3QAL9HWZ0;>
- Cia Semearte - <https://www.youtube.com/watch?v=DjGJ0zirHOk;>
- Volte a ser criança – <https://www.youtube.com/watch?v=g3ZrtONEBzs;>

APÊNDICE B – Seleção de 10 vídeos do GBCR mais visto no YouTube

- Gbcr (grupo de breaking consciente da Rocinha) no Varandão da Rocinha - <https://www.youtube.com/watch?v=Tr3TQa0nKpM>;
- Gang de Break Consciente da Rocinha - GBCR Bl.2/2 – <https://www.youtube.com/watch?v=Cb5v78eTwmA>;
- Gang de Break Consciente da Rocinha - GBTR Bl.1/2 - <https://www.youtube.com/watch?v=XcnsWBa2e2M>;
- GBCR 10 ANOS 1 – <https://www.youtube.com/watch?v=5fsf93ca06Y>;
- Programa Rocinha HIP HOP primeira parte – <https://www.youtube.com/watch?v=Fe7lwDCCvdg>;
- Programa Rocinha HIP HOP 2 parte Participação Felipe Rat – <https://www.youtube.com/watch?v=WabgP4xF-tk>;
- Programa Rocinha HIP HOP terceira parte – <https://www.youtube.com/watch?v=1YTb894TQsM>;
- Memória GBCR Luck – <https://www.youtube.com/watch?v=QG6wGkw35og>;
- Memória GBCR Flávio Pé – <https://www.youtube.com/watch?v=tc1ctRoN9To>;
- Memória GBCR Bala Machine – <https://www.youtube.com/watch?v=4-3SRM0GRlo&t=53s>.

ANEXO A – Ficha técnica das ações desenvolvidas**FICHA TÉCNICA
BIBLIOTECA INFANTIL – ATIVIDADES PLANEJADAS**

Nome da atividade: _____

Objetivo: _____

Objetivo específico: _____

Metodologia: _____

Desenvolvimento: _____

Descrição dos materiais: _____

Dia do evento: _____

Local: _____

Tempo de duração: _____

Número de participantes: _____

Faixa etária: _____

Educador (es): _____

Resultado:

Justificativa:

Pesquisa bibliográfica:

Estrada da Gávea, 454 CEP: 22451-264 - Rocinha - Rio de Janeiro
Tel: +55 (21) 2334-7097/7098